

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

**Participação dos Municípios na Gestão da
Erosão Costeira - O caso do Município da Beira**

Dissertação apresentada em cumprimento dos
requisitos parciais exigidos para a obtenção do
grau de Licenciatura na Universidade Eduardo
Mondlane

Autor:
Silvestre Sarifo Nicaningo

Supervisor:
Dr. António Álvaro Francisco

Maputo, Agosto de 2003

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE	
F. N. E.	4633
S. DATA	20/07/03
APROVAÇÃO	Oferta
LIBRARIAS	88TA 49-59

ÍNDICE

Assuntos	Páginas
Declaração.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Lista de principais abreviaturas.....	vi
Resumo.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO I: O ESTUDO	4
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	4
1.1.1. Da administração centralizada à municipalização.....	4
1.1.2. A gestão ambiental em Moçambique.....	6
1.1.3. A gestão ambiental na cidade da Beira.....	6
1.2. Identificação do problema e clarificação do objecto de estudo.....	7
1.3. Objectivos	9
1.3.1. Objectivo geral.....	9
1.3.2. Objectivos específicos.....	9
1.4. Justificação.....	10
1.5. Relevância do tema.....	10
1.6. Questão de partida e hipóteses de trabalho.....	11
1.7. Suporte metodológico e delimitação do trabalho.....	11
1.7.1. Suporte metodológico.....	11
1.7.2. Delimitação do trabalho.....	13
1.8. Caracterização do local de estudo (Município da Cidade da Beira).....	13
1.8.1. Localização geográfica e dados demográficos.....	13
1.8.2. Infra-estruturas económicas e sociais.....	14
1.8.3. Da Câmara Municipal da Beira ao Município da cidade da Beira.....	14
1.8.4. Estrutura interna e funcionamento do MCB.....	15
2. CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	18
2.1. TEORIAS SOBRE AS VANTAGENS <i>VERSUS</i> DESVANTAGENS DA DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA	18
2.2. QUADRO CONCEPTUAL.....	22
2.2.1. Descentralização.....	22
2.2.2. Comunidade.....	23
2.2.3. Participação.....	24
2.2.4. Participação Comunitária.....	25
2.2.5. Desenvolvimento.....	26
2.2.6. Gestão	26
2.2.7. Erosão.....	27
3. CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	28
3.1. Actividades realizadas pelo MCB para o combate a erosão.....	28
3.2. Articulação entre líderes municipais, líderes comunitários municipais e a Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental.....	35

3.2.1.	Articulação entre o Conselho Municipal da Cidade da Beira e a Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental	36
3.2.2.	Articulação entre as comunidades e os seus líderes.....	37
3.2.3.	Articulação entre o CMCB e o empresariado local.....	38
3.3.	Confrontação das hipóteses com os resultados da pesquisa.....	38
3.4.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	40
3.4.1.	Conclusões.....	40
3.4.2.	Recomendações.....	42
3.4.3.	Pista para posteriores estudos.....	43
	BIBLIOGRAFIA.....	44

ANEXOS

Anexo 1: Guiões de entrevistas

Anexo 2: Lista de entrevistados e de instituições contactadas

Anexo 3: Efeitos da erosão costeira

Anexo 4: Mapa da cidade da Beira e da província de Sofala

Anexo 5: Resultado da campanha de sensibilização e educação pública levada a cabo pelo Município da Cidade da Beira

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que este trabalho de investigação nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau académico, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes usadas.

Silvestre Sarifo Nicaningo

Silvestre Sarifo Nicaningo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Kelton Nicaningo como forma de inculcar nele o espírito de perseverança e muito empenho nos momentos difíceis e sobretudo encorajá-lo a seguir o exemplo.

AGRADECIMENTOS

Para um leigo em trabalhos desta natureza escusado é dispensar os préstimos de quem é mais entendido na matéria. Se por um lado é difícil começar não menos difícil é terminar o que se iniciou. Deste modo, quero expressar o meu profundo agradecimento em primeiro lugar ao **Dr. António Álvaro Francisco** que com a sua paciência e tolerância, no meio de tantas obrigações profissionais e académicas aceitou a penosa tarefa de supervisionar este trabalho. Igual sentimento de gratidão vai para o **dr. Padil Salimo** que com as suas críticas e sugestões bastante valiosas me acompanhou do primeiro ao último momento da elaboração do trabalho.

Ao Dr. Bernhard Weimer o meu obrigado pelas sugestões dadas e que contribuíram sobremaneira para que o trabalho tivesse a qualidade que possui.

De uma forma indiscriminada quero agradecer aos meus amigos e colegas de turma e amigos que souberam, durante o curso, dar o seu apoio e encorajamento.

À minha avó Teresa Mutulama e aos meus tios Joaquim Gabriel Sarifo e Benjamim Sarifo, o meu muito obrigado pelo apoio material e moral e, pela educação que me proporcionaram desde a tenra idade.

Um dos grandes óbices à realização de trabalhos de Fim de Curso para muitos estudantes tem sido o financiamento; desta feita quero numa forma especial agradecer ao Núcleo de Estudo de Terra e Desenvolvimento (NET) pelo suporte financeiro através do qual foi possível a realização do trabalho.

Por fim, um voto sincero de agradecimento aos missionários combonianos pela bolsa de que me beneficiei durante os cinco anos do curso.

LISTA DE PRINCIPAIS ABREVIATURAS

AM	Assembleia Municipal
AMCB	Assembleia Municipal da Cidade da Beira
CMCB	Conselho Municipal da Cidade da Beira
DD	Descentralização Democrática
GPC	Gabinete de Protecção Costeira
DPCCA	Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
GGA	Gabinete de Gestão Ambiental
MAE	Ministério da Administração Estatal
MCB	Município da Cidade da Beira
PAM	Presidente da Assembleia Municipal
PCM	Presidente do Conselho Municipal
PNGA	Programa Nacional de Gestão Ambiental
PGIZC (ICZM)	Projecto de Gerência Integrada da Zona Costeira
RCDCA	Relatório da Comissão para Desenvolvimento e Cooperação com Amsterdão
RFPGIZCB	Relatório Final do Projecto de Gerência Integrada da Zona Costeira da Beira

RESUMO

O presente trabalho esteve subordinado ao tema: *Participação dos múnicipes na gestão da erosão costeira - o caso do MCB*. Teve a *participação* como objecto de estudo e pretendeu, no geral, analisar as formas segundo as quais se verifica a gestão participativa no combate à erosão costeira no município em causa.

Para a realização do estudo foram usadas técnicas como pesquisa bibliográfica e entrevistas semi- estruturadas seguindo-se a análise e discussão dos resultados.

Do resultado do estudo constatou-se que a fraca participação dos múnicipes no processo de elaboração de estratégias tendentes a fazer face ao problema da erosão costeira deve-se à falta de ligação entre: as lideranças comunitárias e os moradores; as lideranças municipais e o empresariado local; e entre as lideranças comunitárias e municipais.

INTRODUÇÃO

Nos dias que correm, quando se fala em *boa governação*, um dos assuntos que vem à tona e que tem dado forma aos debates teóricos entre vários agentes sociais que há tempos vêm reinventando paradigmas que regem a relação Estado/Sociedade, como garante do progresso local e universal, é o que diz respeito à problemática da **descentralização versus participação comunitária**. Vista por uns como fonte de uso indevido de recursos, de arrogância, de abuso do poder, de entre outros atributos, e por outros como panaceia para muitos problemas ligados à administração, a descentralização transformou-se hoje num conceito em voga.

De acordo com Guambe & Loureiro (1997), vários são os estudiosos e organismos internacionais que, nos seus diversos graus, consideram a descentralização como uma das melhores formas de organização administrativa rumo ao desenvolvimento económico equilibrado e participativo. Nesta conformidade, ela tem vindo a ser no mundo em geral e em Moçambique em particular, objecto de reflexões e debates em vários círculos relacionados com autoridades governamentais e em meios académicos (Macamo, 1996).

Alguns estudiosos, dentre os quais Mazula (apud Nambora 1997: 6), consideram que "a descentralização é um antídoto contra a inércia, o impasse, a falta de confiança". Segundo esta visão, com a descentralização "conseguir-se-á despertar o que de melhor há no povo: a capacidade de lutar e fazer face a situações adversas" (Nambora, op. cit: 6). É neste contexto que o Governo, visando reformular o sistema de administração local vigente através da Lei 3/94, de 13 de Setembro (também conhecida como Quadro Institucional das Autarquias Locais) inscreveu, no seu programa, a implementação de um Processo de Reforma dos Órgãos Locais do Estado. Assim, a institucionalização do poder local por via das autarquias aprovada pela Lei 2/97, de 18 de Fevereiro, é vista como o garante da participação da população na administração estatal.

Ainda de acordo com Nambora (Loc. cit.), não se pode falar da organização da participação dos cidadãos para a resolução de problemas próprios da sua comunidade e para a promoção do desenvolvimento dessa comunidade sem que se esteja a falar, implicitamente, de

autarquias locais¹. Estas, devem promover o desenvolvimento económico e social, defender o meio ambiente, garantir o saneamento básico, entre outros problemas (Guambe e Weimer, 1998: 3). É com base nesta percepção que no contexto da autarcisação que o país está a adoptar de uma forma paulatina, o presente estudo está direccionado sobretudo para a análise da gestão participativa do fenómeno *erosão costeira* no Município² da Cidade da Beira (MCB)³.

Com vista a uma melhor abordagem e apresentação do assunto estudado, o presente trabalho está estruturado em três capítulos, abordando cada um o seguinte:

O primeiro capítulo genericamente designado por *O estudo*, faz uma descrição do contexto sócio-político, e económico, no qual se insere a análise sobre a passagem da Administração Centralizada à Administração Descentralização através da municipalização. Apresenta também uma breve abordagem sobre os mecanismos da gestão costeira desde os primeiros anos da independência até ao período em que se desenvolveu a pesquisa, seguindo-se a descrição dos passos dados pelo MCB no sentido de fazer frente ao problema. No mesmo capítulo dá-se uma visão panorâmica do estudo, evidenciando os seguintes aspectos: a identificação do problema e a clarificação do objecto de estudo, a questão de partida que serviu de fio condutor para a realização do trabalho, as hipóteses do trabalho que foram submetidas ao teste empírico, as motivações que estiveram por detrás da escolha do tema e do local de estudo, os objectivos a que o estudo se propunha alcançar, bem como os instrumentos e procedimentos usados para a sua elaboração.

O segundo capítulo, intitulado *enquadramento teórico e conceptual*, debruça-se sobre os subsídios teóricos que serviram de base para a análise dos fenómenos inerentes ao estudo e a clarificação dos principais conceitos que foram usados ao longo do trabalho.

¹ Note-se entretanto que, a participação não tem como condição a existência de autarquias locais, mas estas podem ter melhor desempenho quando há participação da comunidade.

² De acordo com Macamo (op. cit: 16), "o município moçambicano define-se como uma pessoa colectiva pública de população e território, dotado de órgão representativo e de órgão executivo responsáveis pela prossecução, de modo autónomo, dos interesses económicos sociais e culturais das respectivas comunidades.

³ Para melhores informações sobre o MCB ver o ponto 1.2.8 *Caracterização do Local de Estudo*, pág. 13.

O terceiro capítulo faz a apresentação e análise dos resultados da investigação com o foco no relacionamento entre *stakeholders*⁴ como: moradores, líderes comunitários, líderes municipais e a Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCAA).

Por fim, apresentam-se as conclusões resultantes da pesquisa, seguindo-se as recomendações tendentes a melhorar a gestão municipal, em particular no que se refere a erosão costeira no MCB.

⁴ Com o termo *stakeholders* referimo-nos a todos aqueles que dum ou doutro modo estão ou deveriam estar envolvidos no processo de identificação dos problemas que com que o MCB se debate e na busca de soluções para os mesmos; ou seja, moradores, líderes comunitários, líderes municipais, empresários locais, entre outros.

CAPÍTULO I

1. O ESTUDO

Este capítulo faz uma descrição do contexto sócio - político, e económico, no qual se insere a passagem da Administração Centralizada à Municipalização no âmbito da DD e apresenta os instrumentos e procedimentos usados.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1.1 Da administração centralizada a municipalização

Após ter alcançado a independência em 1975, o Estado Moçambicano adoptou um sistema político-económico centralmente planificado, característico do modelo socialista de Administração Pública (AP). Com o andar do tempo, e num novo contexto internacional, o Sistema de Planificação e Administração Pública Centralizado (SPAPC) começa a ser alvo de pressões⁵. Assim, os anos 80 testemunham o início de transformações na gestão do sector público nos países desenvolvidos (Rocha, op.cit)⁶.

A rígida hierarquia e burocracia da AP que predominou no século XX, entra num processo de mudança rumo a uma gestão flexível e baseada no pressuposto de mercado. Tais reformas, não apenas implicaram um novo tipo de gestão, mas também uma alteração do papel do Estado na sociedade e a relação com os cidadãos (Hughes, 1998).

A tais mudanças, Moçambique não ficou à margem. Nos princípios dos anos 80, como resultado do agravamento da situação económica do país⁷, mais especificamente o

⁵ Conforme observa Rocha (1991), a partir dos anos 60, gera-se em alguns países europeus um movimento contra a centralização político-administrativa, provocado por componentes ideológicos e políticos das mais diferentes tendências. Este movimento teve nos ideais da democracia local e na noção de eficiência os principais motores (idem).

⁶ Note-se que neste período há alguns factores que influenciam o rumo de acontecimentos: por um lado as mudanças ocorridas no seio do sistema de administração pública e, por outro, as transformações nos regimes de planificação centralizada.

⁷ Este agravamento foi motivado pela guerra civil, pressões impostas por países ocidentais e uma sucessão de calamidades naturais (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

decréscimo das receitas de exportação e a necessidade cada vez maior de importação de bens e serviços, o recurso ao financiamento internacional tornou-se imprescindível⁸ (Abrahamsson & Nilsson, po.cit). Foi assim que na tentativa de colmatar a situação económica vigente e sua conseqüente degradação social, Moçambique viu-se obrigado, como a única forma do país garantir crédito que necessitava, a iniciar negociações com as instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e posteriormente a aderir a elas em 1984 (idem). Isto significou o início da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em Janeiro de 1987 posteriormente designado PRES, ao incorporar a componente social com o intuito de minimizar o impacto negativo do programa sobre os grupos populacionais mais vulneráveis (Gobe, 1994). Para este autor, esta adesão implicou também a viragem de uma economia fortemente marcada pela intervenção do Estado ao estilo das economias centralmente planificadas, para uma economia baseada no pressuposto de mercado.

Resulta desta alteração do modelo de gestão pública, uma nova abordagem do papel do Estado na Gestão da "coisa pública". Assim, o papel do Estado no tocante à formulação e implementação de políticas públicas assume hoje uma vertente que prevê a participação dos cidadãos, aspecto que está explícito no Artigo 188 da Constituição da República (C R) no seu nº 1, que diz: "*o poder local tem como objectivos organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade, promover o desenvolvimento local ...*" (cf. C R. 2001).

É neste contexto que o Governo, visando reformular o sistema de administração local vigente, para lhe conferir maior operacionalidade e eficiência, através da Lei 3/94, de 13 de Setembro (também conhecida como Quadro Institucional das Autarquias Locais) inscreveu, no seu programa, a implementação de um Processo de Reforma dos Órgãos Locais do Estado (PROL).

⁸ Conforme observam Faria & Chichava (1999), o modelo centralizador da administração e o carácter marcadamente intervencionista do Estado, acabaram por ter efeitos contraproducentes na sociedade e na administração, o que levou a uma certa letargia política, a diferenças regionais, cada vez mais acentuadas, ao regionalismo e à paralisia da administração.

Assim, a institucionalização do poder local por via das autarquias, aprovada pela Lei 2/97, de 18 de Fevereiro, é vista como o garante da participação da população na administração estatal, pois, parte-se da constatação de que, por se tratar de um poder mais próximo dos cidadãos, "a descentralização potencia uma maior participação e responsabilização dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento local" (Faria & Chichava, op. cit. : 5).

1.1.2. A gestão ambiental em Moçambique

Até a data da Independência Nacional a gestão ambiental no país consistia em algumas medidas elementares de gestão de florestas, da fauna bravia e em algumas acções de protecção da zona costeira. Nisto, a primeira acção tendente à consideração sistemática dos aspectos ambientais consistiu no estabelecimento, em 1982, da Unidade de Gestão Ambiental no Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), cujo objectivo fundamental era propor um aparelho institucional capaz de integrar os princípios ambientais no processo de desenvolvimento do país. É no quadro deste esforço, que posteriormente, e fruto das recomendações da Conferência Nacional do Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Outubro de 1991, em Maputo, o Governo de Moçambique cria a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNA), por Decreto Presidencial nº 2/92, de 3 de Junho (Programa Nacional de Gestão Ambiental - PNGA, 1996).

Como corolário deste envolvimento e empenho das entidades governamentais, por um lado, e no âmbito da formação do primeiro governo saído das primeiras eleições multipartidárias por outro, é criado em Dezembro de 1994, por Decreto Presidencial nº 2/94 de 21 de Dezembro, o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental com o objectivo de coordenar a utilização sustentável do meio ambiente (PNGA, 1996).

1.1.3. A gestão ambiental na cidade da Beira

No que se refere à cidade da Beira, os primeiros passos para a elaboração de um plano de abordagem que pudesse fazer frente aos problemas relacionados com o meio ambiente em geral e com a erosão costeira em particular, começaram a ser dados a partir de Agosto de

1995, aquando da visita àquela cidade de um perito holandês⁹ a fim de, em colaboração com o então Conselho Executivo, estabelecer um plano geral para a defesa da costa, tendo na ocasião sido feito o diagnóstico do problema e avançadas algumas estratégias para intervenção (Ver enquadramento teórico, pág. 17). Foi nesta altura em que foram criados dois gabinetes: o de Gestão Ambiental (GGA) e o de Protecção Costeira (GPC)¹⁰ para, em coordenação com o governo local, assumirem as acções que visavam buscar mecanismos que pudessem dar respostas adequadas à grave situação ligada à questão do meio ambiente e com a costa em particular.

1.2. Identificação do problema e clarificação do objecto de estudo

O MCB lida já há anos com o problema da erosão costeira. De acordo com o Relatório da Comissão para o Desenvolvimento Cooperação com Amsterdão - RCDCA (1996), a erosão progrediu de tal forma que, actualmente em alguns locais muitas infraestruturas ruíram e a existência de outras encontra-se ameaçada (Ver anexo 3); exemplo disso é que até o ano 2000 o MCB havia perdido, nos anteriores 20 anos, nove metros da sua costa em consequência do avanço das águas do mar¹¹. Esta situação justifica a preocupação tanto de alguns municípios, como das autoridades municipais para com a gestão participativa do fenómeno.

É na sequência disso que o 95º aniversário do MCB foi assinalado com um apelo à gestão municipal do problema da erosão: "Os municípios e o próprio Conselho Municipal apelam para uma gestão participativa dos problemas locais para se sair da actual situação¹²". Entretanto, a despeito desta preocupação, a caminho do final do 5º ano da experiência da municipalização, não se vislumbram, no MCB, evidências de solução do problema da erosão costeira que tende a se agravar cada vez mais à medida que o tempo vai passando.

⁹ O vínculo oficial entre Amsterdão e a cidade da Beira existe desde Dezembro de 1993, após a visita à cidade da Beira de uma equipa de peritos daquela cidade. Na sequência disso, foram propostos vários projectos a organizações sociais e oficiais de Amsterdão, sendo o da problemática da erosão um deles.

¹⁰ Estes gabinetes foram consolidados depois das Eleições Autárquicas de 1998.

¹¹ In: Jornal Notícias, 06/06/2000

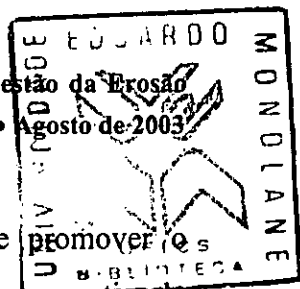
¹² In: Jornal Notícias, 21/08/2002. (O MCB comemora o seu dia de elevação à cidade a 20 de Agosto, sendo que o 95º aniversário foi assinalado em 2002).

Da literatura consultada, pudemos apurar que, dentre os principais factores que concorrem para a persistência do problema, apontam-se os seguintes: exiguidade financeira, motivada por um sistema deficiente de cobrança de receitas (Norinho, 2002), destruição do mangal em algumas zonas, retirada de areia e a construção de equipamento social na orla marítima (Bene, 1998).

A realidade acima apresentada suscita o seguinte rol de interrogações: Será que a DD por si só pode constituir panaceia para muitos problemas que podem afectar um município? Que factores combinados traduzem melhor as causas da persistência do problema da erosão costeira? De que forma as autoridades municipais, os municípios e os demais sectores concebem o problema? Como lidam com ele? Que mecanismos adoptam para o seu combate? Qual o papel das políticas do sector ambiental e em que medida elas influenciam o comportamento colectivo para acção participativa de gestão da erosão costeira? De que maneira o sector empresarial e os municípios negociam com as autoridades municipais as formas de participação e de intervenção? Como é que os Órgãos Locais do Estado e os órgãos municipais coordenam entre si para a solução do problema? De que maneira é feita a coordenação entre o governo da província, as autoridades municipais e os municípios para o combate a erosão costeira?

É na tentativa de obter respostas a estas perguntas que o presente estudo ao ter como foco a participação dos municípios na gestão da erosão costeira visa, especificamente, analisar a contribuição dos municípios na mitigação ou resolução do problema em estudo no MCB, tomando como pontos de reflexão três aspectos:

➤ O facto de haver, por parte de alguns círculos académicos e dirigentes, a convicção segundo a qual a institucionalização dos órgãos autárquicos servirá de força propulsora para o alargamento do exercício do poder administrativo do tipo participativo, que "permitirá despertar o que de melhor há no povo ou seja, a sua capacidade de lutar e fazer face a situações adversas" (Nambora, op.cit: 6); no caso concreto do MCB, a contenção e minimização dos efeitos da erosão costeira.



➤ O facto de ser da competência das autarquias locais a tarefa de promover o desenvolvimento económico e social, a defesa do meio ambiente e a garantia do saneamento básico (cf. Artigo 6 da Lei 2/97).

➤ O facto de não se vislumbrarem, pelo menos a curto e médio prazo, alternativas de solução do problema da erosão costeira no MCB, a despeito dos apelos das autoridades municipais para uma gestão participativa.

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo geral

Com o presente trabalho pretende-se, no geral, estudar as formas segundo as quais se verifica a gestão participativa¹³ no combate à erosão costeira do MCB, e propor algumas medidas capazes de auxiliar no reforço do processo de participação dos municípios nesta gestão.

1.3.2. Objectivos específicos

O Estudo visa os seguintes objectivos específicos:

- Analisar os mecanismos subjacentes ao processo de elaboração de estratégias de combate a erosão costeira.
- Analisar os mecanismos de coordenação entre as autoridades municipais, o governo da província e os municípios na resolução do problema.
- Analisar e avaliar a dimensão das práticas das comunidades municipais no tratamento do problema da erosão e na sua articulação com as autoridades municipais.

¹³ De acordo com Bernad & Colli (1997:26), a gestão participativa traduz-se na participação dos administrados, através de associação de moradores ou outras formas de representação democrática, na gestão das instituições e serviços da administração pública.

➤ Dar alguns *inputs* que possam contribuir para a elaboração e implementação de estratégias que permitam um envolvimento efectivo do empresariado local e outras camadas populacionais na solução do problema da erosão costeira.

1.4. Justificação

Na escolha da Beira como local de estudo de caso pesaram as seguintes razões fundamentais: O facto da participação no contexto da DD¹⁴ ser um assunto recente em Moçambique e merecer ainda mais estudos e reflexões para a sua efectiva consolidação. Sob este prisma, o autor deste estudo procura trazer algumas reflexões e contribuições para uma gestão participativa do problema da erosão costeira no MCB. O segundo motivo tem a ver com o facto da cidade da Beira ser um dos municípios onde o problema da erosão é mais acentuado. O terceiro prende-se com o facto do autor do presente estudo ter vivido naquele município, onde se inteirou directamente dos problemas causados pela erosão, além de que o mesmo domina as línguas locais (Sena e Ndau), o que constitui um elemento facilitador para a recolha de informações para o trabalho.

1.5. Relevância do Tema

Para a AP o estudo é relevante na medida em que se enquadra no actual modelo de administração resultante do processo da descentralização, esta entendida como a devolução de poderes ao nível local, em que se impõe uma nova lógica de serviço público, onde a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública se afigura crucial.

Sob o ponto de vista teórico o estudo afigura-se relevante visto que ele procura confrontar as teorias da DD com a realidade no terreno, por forma a averiguar em que medida elas são materializáveis no contexto do combate à erosão na Beira.

Cientificamente, o estudo é importante na medida em que se apresenta como um contributo no conjunto das várias teorias sobre a descentralização e o seu reflexo nos vários níveis da vida da população moçambicana em geral, e da Beira em particular.

Em termos práticos, espera-se que os dirigentes locais e fazedores de políticas (*policy makers*) tirem algumas lições a partir deste estudo, sobre os mecanismos práticos capazes de estimular os municípios a uma participação activa e consciente para a solução do problema da erosão costeira e outros que afectam o município.

1.6. Questão de Partida e hipóteses de trabalho

O estudo está orientado no sentido de dar resposta à seguinte questão de partida:

☛ *Em que medida os municípios participam na elaboração e implementação de estratégias de combate à erosão costeira no Município da Beira?*

Como respostas provisórias à questão acima referida avançam-se as seguintes hipóteses de trabalho:

- ☛ H1: A formulação de estratégias de combate à erosão costeira não toma em consideração a participação de outros segmentos como por exemplo os moradores e empresários locais.
- ☛ H2: A falta de consciência dos municípios sobre as causas da erosão costeira leva a práticas de actividades que atentam contra o agravamento do fenómeno.

1.7. Suporte metodológico e delimitação do trabalho

1.7.1. Suporte metodológico

O presente trabalho, que teve três momentos, obedeceu ao seguinte roteiro:

Na primeira fase, que decorreu entre os meses de Setembro e Novembro, foram feitas leituras exploratórias sobre a literatura relevante na abordagem da matéria em questão. A literatura relevante incluiu fontes primárias (artigos de jornais que versam sobre a erosão no Município da Beira, Leis, relatórios de trabalhos, actas de reuniões e outros documentos, para além de depoimentos de algumas pessoas entrevistadas) e, fontes secundárias (obras versando sobre o assunto em questão).

¹⁴ Ver o conceito de DD no *Enquadramento Teórico e Conceptual* (pág. 21)

A segunda fase que foi realizada no mês de Março, consistiu na recolha de dados na cidade da Beira e Maputo, com recurso a entrevistas semi-estruturadas como instrumento principal (Ver Guião de Entrevista - Anexo 1), sem no entanto descurar de outras técnicas como a observação directa e a pesquisa documental. As entrevistas incidiram sobre uma amostra do tamanho 24, representando vários interesses nos diferentes segmentos da sociedade, como forma de garantir maior representatividade¹⁵ (Ver Lista de Entrevistados e de Instituições contactadas - anexo 2). Assim, foram tomados em consideração cinco grupos, o primeiro constituído por dirigentes municipais e de órgãos locais do estado que lidam com o meio ambiente (Presidente do Conselho Municipal, Presidente da Assembleia Municipal, Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, Chefe do Departamento de Protecção Costeira, Chefe do Gabinete de Gestão Ambiental), o segundo composto por líderes comunitários (em nº de 2); o terceiro constituído por 2 funcionários da Direcção Nacional do Desenvolvimento Autárquico, no MAE e que trabalham com as autarquias; o quarto grupo composto por 14 moradores, sendo 7 do bairro da Ponta-Gea e 7 do bairro do Macuti; e o último grupo, constituído por 2 empresários locais.

Com vista a nos inteirarmos do funcionamento da Assembleia Municipal da Cidade da Beira AMCB assistimos a 18ª Sessão daquele órgão, realizada de 27 a 29 de Março.

O terceiro e o último momento foi o da análise dos resultados da investigação que culminou com a redacção do presente trabalho.

Na realização do trabalho, não faltaram dificuldades, dentre elas, há a destacar: (i) a falta de disponibilidade de algumas pessoas (sobretudo dirigentes a nível do MCB e MAE) seleccionadas para as entrevistas; (ii) dificuldade de acesso a certas individualidades, mesmo com credencial, este facto impeliu-nos a mudar de estratégia algumas vezes; e (iii) o tempo, que não foi suficiente para colher toda informação no terreno, facto que nos levou a ter de recolher algumas informações através de meios alternativos como o telefone, e e-mail.

¹⁵ Na escolha da amostra do tamanho 24 esteve como factor de peso a questão da diversificação da amostra como forma de garantir representatividade e fiabilidade, visto tratar-se de um estudo qualitativo.

1.7.2. Delimitação do trabalho

Delimitamos o nosso trabalho ao período compreendido entre 1998 a 2002, porque foi a partir de 1998, com as eleições autárquicas realizadas a 30 de Junho, que o processo de descentralização democrática lançado em 1994, no âmbito da Reforma dos Órgãos Locais (PROL), plasmada na Lei 3/94, de 13 de Setembro, conheceu a sua materialização em Moçambique, estando em vigor até a data da realização deste estudo. Dada a grandeza do MCB, e a impossibilidade de explorar todas as latitudes e longitudes a que o tema pode suscitar, escolhemos como sub-área de estudo, a zona costeira que corresponde os bairros de Ponta-Gêa à Macuti, numa distância de 7 Kms¹⁶, onde a erosão é mais acentuada.

1.8. Caracterização do local de estudo (MCB)

1.8.1. Localização geográfica e dados demográficos

Beira, cidade construída sobre dunas (sobretudo a metade a Leste) é a actual capital administrativa da província de Sofala, e está situada na foz do rio Púngue, numa zona pantanosa com baixa altitude. É limitada ao norte pelo distrito do Dondo, a Sul e a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pelo rio Púngue (Ver mapa da cidade da Beira - anexo 4).

Com uma área de 643 Km² e uma população estimada em 1.289.390¹⁷ habitantes, a cidade da Beira de características marcadamente urbanas, tem um padrão e tecido social rico e diversificado, abrangendo 26 bairros assim designados: Macuti, Palmeiras, Ponta-Gea, Chaimite, Pioneiros, Esturro, Matacuane, Macurungo, Munhava Central, Mananga, Vaz, Maraza, Chota, Alto da Manga, Nhaconjo, Chingussura, Vila Massane, Inhamízua, Matadouro, Mungassa, Ndunda, Manga Mascarenha, Muavi, Nhangau, Nhangoma e Chonja.

¹⁶ Dado extraído do Relatório final do estudo realizado de Abril de 1998 a Fevereiro de 1999 por um consultor contratado pelo MCB no âmbito do Projecto de Gerência Integrada da Zona Costeira da Beira que tinha como objectivo ajudar o Município na realização de obras de emergência para combater a erosão, inundações e intrusão de águas salgadas, e na preparação de um plano de gerência da faixa costeira.

¹⁷ De acordo com os dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 1997.

1.8.2. Infra-estruturas económicas e sociais

A cidade da Beira, segunda maior do país, detém, para além do sistema ferro - portuário de significado regional e internacional relevante, o segundo maior parque industrial caracterizado por várias unidades industriais. De entre estas podem-se destacar: 15 metalomecânicas, 51 serralharias, 10 unidades de assistência técnica, 7 unidades do ramo alimentar, 107 moageiras, 3 unidades do ramo químico, 2 unidades de calçado, 13 de mobiliário, 4 salineiras, 100 carpintarias, 4 unidades de ramo de plásticos, 6 unidades de vestuários e têxteis, 2 do ramo das oleaginosas, 2 de bebidas e tabaco. A par disso, esta cidade possui várias centenas de estabelecimentos comerciais e afins, que podem ser exemplificativamente assim classificados e distribuídos: 125 armazéns e grossistas, 17 supermercados, 260 estabelecimentos de retalho, 87 mercearias, 20 ferragens, 60 tabacarias, 10 livrarias e papelarias, 30 lojas de electrodomésticos e material eléctrico, 7 relojoarias, 10 sapatarias, 120 lojas de tecidos e confecções 16 talhos, 25 padarias e 50 peixarias. Este potencial económico local proporciona, excelentes condições para prosseguir, por um lado, um esforço tributário local, desenvolvendo e diversificando as fontes próprias de receitas e reduzindo progressivamente o impacto dos subsídios do Orçamento do Estado (OE) à actividades correntes do Município, e por outro, o desenvolvimento municipal desta urbe com resultados financeiros positivos e com um impacto directo na satisfação crescente da procura social dos municípios.

1.8.3. Da Câmara Municipal da Beira (CMB) ao MCB

A povoação da Beira foi criada a 27 de Julho de 1887 pela portaria nº 303 e foi concebida como centro urbano tendo passado directamente a categoria de cidade MAE (2002).

O processo de implantação da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) iniciado nas últimas duas décadas antes da independência, nos termos do Decreto nº 43730, de 12 de Junho de 1961, implicou a criação paulatina do subsistema de administração municipal. Foi assim que, do então Conselho Administrativo da Beira (CAB), nasceu a CMB (Macamo, 1996).

Depois da proclamação da Independência Nacional de Moçambique, o CAB foi extinto e em sua substituição foram implantados órgãos de administração local: A Assembleia Popular e o Conselho Executivo. Estes eram por excelência órgãos do Estado, pois eram entidades de direito público com a mesma personalidade jurídica da do Estado, sem autonomia administrativa, financeira nem patrimonial (Macamo, op. cit).

A publicação da Lei 3/94 iniciou um processo gradual de instauração de órgãos locais do tipo novo, que se materializa através da criação dos distritos municipais e mais tarde os Municípios de cidade e vila ao abrigo da Lei 10/97 de 31 de Maio. No entanto, só a partir de 1998 depois das eleições autárquicas realizadas a 30 de Junho, é que se criou o MCB.

1.8.4. Estrutura interna e funcionamento do MCB

O MCB é constituído por três órgãos cujo relacionamento é vital para o seu funcionamento:

- 1) Conselho Municipal - que é o órgão colegial com poderes executivos composto por 8 vereadores escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho Municipal (cf. Resolução 1/18) artigo nº 49 da Lei 27/97);
- 2) Presidente do Conselho Municipal que é um órgão executivo singular eleito democraticamente pelos municípios.
- 3) A Assembleia Municipal da Cidade da Beira (AMCB) é o órgão colegial e representativo do Município com poderes deliberativos. É eleita directamente pelos municípios. Criada a 20 de Agosto de 1998, e constituída por 44 membros, sendo 27 da Bancada da Frelimo e 17 do Grupo de Reflexão e Mudança, é dirigida por uma mesa composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Nas sessões da AMCB os deputados podem apresentar problemas que afligem um determinado bairro para que ele seja discutido por forma a se visualizar uma solução.

De acordo com o regimento, a AMCB realiza regularmente 5 Sessões Ordinárias¹⁸ por ano, nos meses de Fevereiro, Maio, Julho, Outubro e Dezembro¹⁹, para tratar de assuntos específicos para que tenha sido expressamente convocada.

A AMCB pode reunir-se extraordinariamente, nos seguintes casos: (i) a pedido do Presidente da Assembleia Municipal, (ii) por deliberação da mesa da Assembleia Municipal, (iii) à requerimento do C.M ou da metade dos membros da AM em efectividade de funções, (IV) por requerimento do Presidente do Conselho Municipal à pedido dos Membros do Conselho de Ministros com poderes de tutela sobre as autoridades locais e (V) por requerimento de 5% dos cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município para a discussão e aprovação e discussão de matérias urgentes de interesse local, (Artigos 36, 37 e 39 do Regimento).

As sessões ordinárias são realizadas num período de 4 dias e as extraordinárias, num período de 2 dias (cf. Regimento, Artigo 41). No intervalo entre as sessões funciona a Comissão Permanente da AMCB, que tem prerrogativas de assumir as funções da AM nos períodos em que o plenário não está reunido.

O PCM e os vereadores do Conselho Municipal tomam decisões para cada pelouro em audiência e em sessões do CM. Essas sessões são realizadas 1 vez por semana. Segundo declarações dos membros, sempre que for necessário tratar assuntos pontuais são convocados encontros para o efeito e todas as decisões tomadas em audiência são depois apresentadas e aprofundadas em sessões do CM.

O CMCB funciona com 8 vereações a saber: Vereação de Transportes, Vereação de Educação, Vereação da Saúde, Vereação de Zonas Verdes, Vereação dos Serviços Urbanos, Vereação da Indústria Comércio e Turismo, Vereação do Plano e Finanças e Vereação da Construção e Urbanização.

¹⁸ Nessas sessões, para além dos deputados das duas bancadas, participam, apenas como convidados, o Presidente do Conselho Municipal, alguns vereadores, alguns secretários de bairros, líderes religiosos, alguns directores provinciais, entre outras individualidades. A discussão e Deliberação está a cargo dos deputados

¹⁹ A primeira e a última das sessões previstas destinam-se respectivamente a aprovação do relatório de contas do ano anterior e a aprovação do plano de actividades e do orçamento do ano seguinte.

Relativamente à AMCB, esta para o seu funcionamento, para além da Comissão permanente, organiza-se em 4 Comissões de Trabalho, que constituem a divisão interna do trabalho através do qual o grupo comissiona tarefas em áreas específicas, nomeadamente:

1. Comissão do Plano, Orçamento e Actividades Económicas: é uma comissão com competências fiscalizadoras em matérias que dizem respeito aos dinheiros do Município;
2. Comissão dos Assuntos Sociais Culturais e de Género;
3. Comissão dos Assuntos Jurídicos, ordem Pública, Direitos Humanos e Legalidade;
4. Comissão do Desenvolvimento Urbano, Ambiente, Administração e Poder Local

CAPÍTULO II

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

2.1. Teorias sobre as vantagens *versus* desvantagens da Descentralização Democrática

Os debates sobre a DD *versus* participação comunitária não têm sido consensuais em alguns círculos relacionados com autoridades governamentais e meios académicos. Argumentos de cariz político e técnico administrativo têm dividido os paladinos e detractores deste processo. Referindo-se à descentralização, Guambe (1996) e Faria & Chichava (1999), argumentam que para determinados círculos de tendência conservadora, a transferência de certos poderes para os municípios comporta alguns riscos para a manutenção da unidade nacional do Estado, podendo causar o estabelecimento ou uso indevido de recursos, a arrogância, o abuso do poder e a gestão do processo de desenvolvimento local segundo princípios que precipitariam realidades socialmente desastrosas. Nesta linha, Dele (2001) argumenta que a DD acarreta dilemas a nível político, económico e administrativo.

No que se refere ao capítulo económico, a DD comporta as seguintes desvantagens: (i) ela pode pôr em causa a estabilização e a redistribuição, visto que torna difícil o centro controlar as despesas locais; (ii) DD sem amplas reformas a nível institucional, económico e político chega a ser uma contradição; e (iii) muitos países optam por descentralização como forma de reduzir a sobrecarga orçamental, no entanto, a descentralização no seu estágio embrionário sempre requer um forte desenvolvimento e capacidade de suportar os seus custos. Os problemas de carácter administrativos relacionam-se com o desenho de uma instituição apropriada que possa responder adequadamente aos problemas acima mencionados sobre a DD (Dele, op.cit).

Nó que se refere aos dilemas políticos, podem-se apontar dois: o primeiro é a falta de vontade dos líderes políticos e administrativos para a partilha do poder monopolizado desde o período colonial, facto que pode pôr em causa a coesão nacional; o segundo dilema é o

problema da captura do poder pela elite local, e que de seguida, é usado para reprimir minorias locais, incluindo mulheres e outros grupos marginais (ibidem).

Nesta base, esta corrente chama a atenção para a necessidade de uma forte tutela administrativa do governo central sobre os municípios.

Uma outra posição de cariz inovador, recorrendo a argumentos técnicos e administrativos advoga que uma administração centralizada poderá, inevitavelmente, correr o risco de ser ineficiente, morosa e destituída de poderes. O representante local da administração, estando em melhores condições de resolver os problemas do respectivo espaço social, nada pode fazer sem remete-los aos órgãos superiores do Estado. Pelo seu desconhecimento sobre a origem e a dimensão das questões locais e, conseqüentemente, a falta de sensibilidade para com problemas específicos a uma localidade ou região, a decisão tomada sobre os mesmos pode, por um lado, falhar, e, por outro, ser inoportuna, inconsequente e também, não merecer de apoio da comunidade (Guambe, 1998).

Assim, segundo esta perspectiva de análise, as vantagens da descentralização podem ser encontradas a nível político, técnico-administrativo, financeiro económico e sociológico. No que tange às vantagens políticas, são referidas as seguintes: (i) a descentralização possibilita a participação do cidadão na tomada de decisão, reforçando a democracia participativa; (ii) a descentralização força os quadros políticos locais a comunicar com as populações, potenciando laços de solidariedade e confiança mútua; (iii) Os administradores sofrerão o controle permanente das populações, reduzindo-se tendências para a ilegalidade e a má administração, para além da corrupção (idem).

As vantagens técnico-administrativas identificadas por Guambe (op.cit), são as seguintes: (i) a decisão administrativa é tomada mais rapidamente; (ii) pelo facto das decisões serem fundamentadas, adequadas e consensuais, serão acatadas com maior prontidão e menor resistência. Quanto às vantagens financeiras são apontadas as seguintes: (i) Ficam identificadas com clareza quais as receitas e despesas dos beneficiários da descentralização; (ii) O conhecimento prévio dos recursos disponíveis possibilitará e obrigará à planificação cuidadosa dos dispêndios; (iii) Permite melhorar os mecanismos de embolso e reforçar a pressão sobre os contribuintes; (iv) Estes últimos, por sua vez, sentir-se-ão legitimados a

exigir melhores serviços, facto que propiciará um acréscimo de produtividade da administração pública e conseqüente aumento de receitas. Em termos económicos a DD é vista como trazendo as seguintes vantagens: (i) a rapidez e a eficiência da decisão administrativa produzirá um impacto directo sobre as unidades económicas do Estado ou das entidades locais, que se verão obrigadas a acompanhar o acréscimo de eficácia e produtividade; (ii) o acréscimo de eficiência e rapidez de decisão encorajará forças económicas privadas locais e exteriores a confiar na administração e a investir (*idem*). Sob o ponto de vista sociológico o processo de autogestão é encarado como uma oportunidade para o reforço dos laços de solidariedade e de identificação intercomunitária, facto que reduz os riscos de dispersão e tensão. Uma outra vantagem está no facto das comunidades poderem adquirir uma maior consciência dos próprios problemas, das dificuldades e dos meios de os resolver, isto suscitará o espírito de autoconfiança e o aumento da dependência em relação aos próprios recursos (*ibidem*). Assim, de acordo com esta visão, a intervenção burocratizante²⁰ dos organismos centrais pode constituir foco de desincentivos.

Entretanto, embora reconhecendo as suas vantagens, torna-se imprudente considerar a descentralização como fórmula resolvente de todos os problemas subjacentes à administração de uma determinada zona. É neste âmbito que surge uma terceira perspectiva de análise de cariz crítico. Esta perspectiva, sem rejeitar completamente os argumentos da perspectiva inovadora (pró descentralização) acima apresentados, tece algumas críticas ao referir que a descentralização por si só não irá comandar o apoio da participação comunitária na planificação e implementação de políticas de desenvolvimento visto que, as complexidades inerentes ao sistema democrático, certas leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais poderão influenciar as promessas positivas da descentralização, podendo mesmo não haver relação directa entre descentralização e participação comunitária (Manor, 1998). É esta perspectiva de análise que orientou a realização deste estudo, por acharmos ser a que melhor explica o fenómeno em estudo, que é a persistência do fenómeno da erosão costeira no MCB, um fenómeno que, nos últimos

²⁰ Note-se que a burocracia como tal não constitui constrangimento. De acordo com Chiavenato (1994: 16), em referência à Merton, o constrangimento aparece como resultado das conseqüências imprevistas ou seja, como disfunções da burocracia. Assim, com a expressão "intervenção burocratizante" referimo-nos àquela intervenção que, no lugar de flexibilizar ou dinamizar o processo, retarda-o devido a factores como: excesso de formalismo e de papelório, super conformidade em relação às regras e aos regulamentos da organização, entre outros factores.

anos tem sido uma questão que tem vindo a ser abordada por vários estudiosos, geógrafos e ambientalistas sobretudo ligados ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA).

Para Chicatsa (1996), a erosão costeira que nos últimos anos vem conhecendo uma dinâmica perigosa, tem sido o principal responsável das inundações que se têm registado no MCB²¹.

Para Bene e Chicatsa, os factores que concorrem para a persistência da erosão costeira, e a degradação das condições ambientais nas cidades do país são vários. Para o caso da zona costeira do MCB, são apontados os seguintes: (i) a destruição das dunas costeiras, tidas como os principais dispositivos da protecção natural da costa, quer por parte dos banhistas que usam viaturas ao longo da praia, quer por pescadores artesanais; (ii) o abate à floresta mangal; (iii) a retirada de areia para a construção; (iv) a falta de manutenção dos esporões e muro de retenção e, (v) a construção de equipamento social na orla marítima (Bene, 1998; Chicatsa, op cit.).

Um plano consistente de abordagem do problema da erosão costeira remonta dos princípios dos anos 90. De acordo com o RCDCA (op.cit). Foi nesta altura que, com vista a atacar o problema, e, no âmbito da cooperação entre o MCB e Amsterdão²², em 1994, foi inventariada a gravidade da erosão naquele município.

Na sequência da avaliação feita, e visto não existirem recursos financeiros para materializar um programa suficientemente extenso de restabelecimento e manutenção da costa, foi proposto ao então Conselho Executivo um plano de acção pelo qual certos objectivos alcançar-se iam, em função da quantidade de recursos existentes. Neste contexto, foram estabelecidas medidas de protecção da costa divididas em três fases: *Estratégia Mínima*, dirigida a uma assistência de urgência imediata, dentro de um orçamento limitado. O principal objectivo é tentar concertar rapidamente, com o trabalho e material disponível no

²¹ De acordo com Chicatsa (op.cit), as inundações no MCB são dramáticas quando as marés equinociais coincidem com as chuvas torrenciais da estação quente e chuvosa.

²² De acordo com o RCDCA (op.cit.) o vínculo oficial entre Beira e Amsterdão existe desde 1993, após a visita à cidade da Beira de uma comissão de Amsterdão, no mesmo ano.

local, as partes que se encontram à ponto de ceder. *Estratégia Extensiva*, que tem como objectivo um restabelecimento mais duradouro, das partes da defesa da costa que exige acções urgentes. *Estratégia Máxima*, com esta estratégia pretende-se conseguir uma defesa da costa com uma administração e manutenção o mais eficiente possível (RCDCA, op.cit.).

A despeito deste esforço do governo provincial com vista a fazer face ao problema, este parece não dar mostras de ter uma solução pelo menos a curto prazo. Da documentação consultada sobre a matéria, pouco ou nada se fala sobre a gestão participativa do problema, exceptuando um e outro apelo que têm sido feitos ocasionalmente pelas autoridades governamentais no sentido de uma participação mais activa dos cidadãos na resolução do problema. Entretanto, a prática no terreno mostra que há falta da componente coordenação para que este tipo de gestão se verifique, visto que ela não acontece automaticamente. De acordo com o Primeiro Ministro (Pascoal Mocumbi), "o sucesso da municipalização depende de dois factores: os municípios e os seus líderes"²³ ou seja, a ligação entre estes e aqueles reveste-se de uma crucial importância para que as promessas positivas da DD se transformem em realidade.

2.2. Quadro conceptual

A abordagem substanciada do objecto de estudo exigiu não só a delimitação do referencial teórico, como também a clarificação de alguns conceitos considerados fundamentais para a realização do estudo, como sejam: descentralização, comunidade, participação, participação comunitária, gestão, erosão e desenvolvimento.

2.2.1. Descentralização

Para Wettenhall (1996), a descentralização é um modo de alcançar os segmentos distantes da população, principalmente nas zonas rurais. Para este autor, o objectivo é facilitar a participação popular no processo de desenvolvimento e da governação.

²³ Discurso de abertura da II Reunião Nacional dos Municípios realizada de 06 à 08 de Dezembro de 2000, nos Pequenos Libombos.

Mucanheia (op.cit) & Manor (1998), com relação a esse conceito apresentam mais detalhes ao trazer à superfície as várias maneiras pelas quais ele tem sido definido. De acordo com estes autores, uma das noções que tem influenciado os debates dos académicos e praticantes da descentralização é a noção proposta por Rondinelli (1981), apud Mucanheia (op.cit:16) segundo a qual a descentralização é a "transferência de responsabilidades de planificar, gerir, angariar e alocar recursos dos níveis centrais do governo para entidades sub-nacionais, sejam elas subordinadas, semi-autónomas, autónomas ou voluntárias". Dentro desta noção distinguem-se três formas de descentralização: (i) *devolução* que é a separação constitucional dos órgãos locais em relação aos órgãos centrais do Estado, com as suas próprias finanças, pessoal e um papel indirecto dos agentes do governo central, por via da tutela administrativa; (ii) *desconcentração* que consiste na transferência de carga de trabalho de nível central à instituição subordinada a nível local; e (iii) *delegação* que se encontra entre as duas formas anteriormente descritas e envolve a transferência de autoridade de planificar e executar determinadas decisões concernentes a actividades específicas para alguns órgãos com capacidade técnica e administrativa de as realizar. Assim, ao falarmos da descentralização fazemos alusão à DD, também entendida como devolução, que é o âmbito no qual se insere o presente trabalho.

2.2.2. Comunidade

Comunidade é um termo passível de múltiplas definições, de acordo com as perspectivas e visões que cada autor pode adoptar. Para Friedrich Tonnies (1979), apud Ferreira et al. (1995: 119), "uma comunidade baseia-se em liames de sangue, no sentimento de pertença, na participação espontânea, em oposição à sociedade, que se apoia em intercâmbio e racionalidade".

Enquanto Friedrich Tonnies trás à superfície elementos chaves para a definição de uma comunidade, Chichava (1999 : 11), vai mais adiante ao definir a comunidade como sendo "as pessoas vivendo numa zona residencial, cujas vidas são entrelaçadas em determinado grau, por actividades e relações que são desenvolvidas dentro da área entre os diferentes grupos de pessoas". A comunidade será assim, uma entidade orgânica, dinâmica e não estática, que se desenvolve, cresce, declina, muda e altera-se em resposta às iniciativas

externas e tensões internas, em termos de infra-estruturas e de um múltiplo leque de relações que se estabelecem (Ibidem).

Tomando como base dois elementos presentes em cada um dos autores acima referidos (*conjunto e espaço físico*), definimos o termo municípios como sendo um conjunto de pessoas que, vivendo num mesmo espaço (o município), identificam-se com problemas locais e se empenham na busca de soluções para os mesmos. Assim, para o propósito deste trabalho estabelecemos duas categorias de municípios: os empresários locais e os moradores.

2.2.3. Participação

Gaventa & Valderrama (1999) consideram que o conceito de participação tem vindo a ser largamente usado nos discursos e práticas de desenvolvimento nos últimos 20 anos. Estes autores, fazendo intersecção dos diferentes significados do conceito de participação, identificam fundamentalmente dois tipos de abordagens: por um lado aquela que focaliza a atenção para comunidade, participação social e, por outro, a que se refere à cidadania ou a participação política.

No que respeita aos discursos e práticas de desenvolvimento, a abordagem da participação social é a que tem sido mais usada. Assim, nos finais dos anos 70, participação era definida como esforços organizados para aumentar o controle sobre recursos e instituições reguladoras, em determinadas situações sociais, por parte de grupos e movimentos, até então excluídos desse controle (ibidem). Mais recentemente, o Banco Mundial definiu o conceito de participação como um processo através do qual as pessoas influenciam e partilham o controle sobre iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afectam (World Bank, 1995).

Pretty et al. (1995), por seu turno, identificam sete sentidos diferentes de participação:

Participação Passiva: as pessoas participam depois de uma informação acerca do que está para acontecer ou já aconteceu. *Participação por Consulta*: as pessoas são consultadas, mas são os peritos estrangeiros (relativamente à comunidade) que decidem o que fazer depois da

consulta. *Participação por incentivos materiais*: aquela em que as pessoas participam recebendo, em troca, algum bem material. *Participação Funcional*: as pessoas participam formando grupos para alcançar determinados objectivos dum projecto. *Participação interactiva*: as pessoas participam em análises conjuntas que levam a um plano de acção. *Auto mobilização*: as pessoas participam tomando iniciativas, numa forma independente das instituições externas ao seu meio, para melhorar as condições de vida. Neste trabalho usou-se o conceito de participação entendido como o exercício de cidadania, ou seja, participação como sendo um processo através do qual as pessoas numa forma organizada influenciam e partilham o controle sobre iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afectam.

2.2.4. Participação Comunitária

Para Souza (1987), a participação Comunitária é, acima de tudo, um processo educativo, visto que ele expressa-se através da consciencialização, organização e capacitação contínua e crescente da população.

Em Valá (1998), participação comunitária é entendida como um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam activa e organizadamente na identificação e análise dos seus problemas, busca conjunta de soluções alternativas, mobilização de recursos e na realização de intervenções de desenvolvimento. Tal como Souza (op.cit.), Valá (op.cit) encara a participação comunitária como um processo educativo no qual a comunidade aumenta os seus conhecimentos e compreensão dos vários factores que lhes afectam, melhorando qualitativamente a sua intervenção na resolução de assuntos que lhes dizem respeito, o que pressupõe, na óptica do autor, que ela seja consistente com o desenvolvimento auto centrado, descentralizado e de uma gestão de "baixo para cima", permitindo assim que os melhores conhecedores da realidade, possam envolver-se directamente e desde o início em todas as acções que visem o seu desenvolvimento.

Tanto em Valá como em Souza, podem-se extrair dois elementos fundamentais para o nosso estudo, que são: "consciencialização e organização da população". Entretanto, neste trabalho, tomamos como base a definição apresentada por Valá, por ser a mais exhaustiva e

abrangente, por consequência, que satisfaz as linhas teóricas que orientaram a realização do nosso trabalho.

2.2.5. Desenvolvimento

Este é um conceito polémico e complexo. De acordo com Wanderley, apud Francisco (2002:2), "a forma pela qual o desenvolvimento vem sendo pensado modificou-se bastante nos últimos tempos". Existem duas maneiras de pensar o desenvolvimento; uma mais economicista que mergulha as suas raízes na economia clássica". Esta visão, baseando-se nas taxas de crescimento do PIB e de representações estatísticas de crescimento equilibrado, define o desenvolvimento económico como sendo "o crescimento económico e progresso tecnológico" Singer Ianni (1971), apud Francisco (op.cit :2).

Uma outra maneira, mais abrangente e que toma em consideração a vertente humana, define desenvolvimento como "a convergência de múltiplas vertentes de qualidade de vida: económico, político social e cultural" Torres (1995: 3). Como resultado desta última visão, temáticas como Desenvolvimento Humano²⁴ e Desenvolvimento Sustentado²⁵ estão presentes tanto na literatura contemporânea, como nas discussões nacionais e internacionais que se travam sobre a matéria.

2.2.6. Gestão

Em muitas obras, o termo *gestão* tem sido usado como sinónimo de *administração* e *gerência*. De acordo com Valeriano (1998), administrar ou gerenciar consiste em planear, decidir, pôr em prática as acções consequentes e utilizar os meios para alcançar objectivos. Assim, administração é entendida como um conjunto de princípios, normas e funções que

²⁴ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano-RDH (2001), e Wanderley (1993), apud Francisco (op.cit.), "Desenvolvimento Humano é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades."

²⁵ Este é um conceito que encara o desenvolvimento na sua relação com o meio ambiente, e os recursos. De acordo com o PNGA (1996: 8, op.cit) Desenvolvimento sustentável deve pressupor "a utilização de recursos existentes no mundo de modo que satisfaçam as necessidades das gerações presentes, sem comprometer às das gerações futuras."

têm por fim ordenar os factores de produção de uma entidade e controlar a sua produtividade e eficiência para se obter determinado resultado (ibidem).

Para Stonner & Freeman (1985), administração é o processo de planear, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização e de usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar objectivos estabelecidos.

De acordo com Montcel (1972) conforme a amplitude e natureza do seu objecto, distinguem-se vários tipos de gestão: gestão financeira, gestão de stocks, gestão orçamental, gestão comercial, gestão de pessoal e gestão de crise. Os conceitos de gestão apresentados por Valeriano (1998) e Stonner & Freeman (1985) têm alguns aspectos comuns que são: planificação, organização, direcção e controle. Da caracterização apresentada por Montcel (1972), consideraremos, para este trabalho, o conceito de gestão de crises, que de acordo com Donald (1995: 252) é a "elaboração de estratégias para lidar com catástrofes possíveis", por ser a que melhor se enquadra na análise que pretendemos fazer.

2.2.7. Erosão

Para Gaspar (1996), a erosão é definida como sendo o processo de separação/quebra de partículas rochosas relativamente grandes em partículas de solo que são susceptíveis de ser removidas por água, vento e gelo.

Em Garrido & Costa (1996), erosão é o desgaste de massas rochosas, seguido de transporte e acumulação noutros lugares, dos materiais provenientes do desgaste. Esta alteração das rochas é consequência da acção dos agentes erosivos, ou da geodinâmica externa. Conforme a natureza do agente erosivo dominante, podemos distinguir as seguintes modalidades de erosão: erosão eólica, erosão fluvial, erosão glaciária e erosão marinha. Para o presente trabalho tomar-se-á em consideração o conceito de erosão marinha que é entendida como "reco das costas escarpadas ou falésias sob o embate das vagas" (ibidem).

CAPÍTULO III

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

A apresentação e análise dos resultados, está dividida em três partes: as actividades realizadas pelo Município para o combate à erosão, articulação entre líderes municipais, líderes comunitários, municípios e DPCAA, a confrontação das hipóteses com os resultados da pesquisa e, as conclusões e recomendações.

3.1. Actividades realizadas pelo MCB²⁶ para o combate á erosão costeira

Antes de mais, é importante perceber que Beira é uma cidade construída sobre dunas, sobretudo a sua metade a leste, onde uma estrada corre ao longo da costa inteira, muitas vezes junto às dunas²⁷.

A erosão costeira entanto que fenómeno natural é antiga, visto que começou a fazer-se sentir desde o tempo do surgimento da Beira como centro urbano²⁸; entretanto, ela passa a merecer uma atenção especial depois da construção de infraestruturas como casas, restaurantes, casa de campo e terrenos de campismo, ao longo da costa, visto que punha em perigo a existência dessas infraestruturas. (Relatório Final do Projecto de Gerência Integrada da Zona Costeira da Beira - RFPGIZCB, 1999).

Assim, nos anos 50 e 60, numa tentativa de estabilizar a faixa da praia, foram construídos molhes e plantadas 14 filas de árvores para combater o avanço da erosão. Porém, durante o conflito armado que durou aproximadamente 16 anos, até ao Acordo Geral de Paz em 1992, estes dispositivos de protecção costeira caíram em abandono, porque pouca manutenção foi feita e, como resultado disso, os molhes não só se encontram em estado de abandono como funcionam mal; enquanto isso, apenas 1 a 4 linhas de árvores é que ficaram nas dunas, por causa da erosão costeira, (RFPGIZCB, op.cit).

²⁶ É importante lembrar que Beira só passou a Município em 1998.

²⁷ A estrada em referência corresponde as Avenidas 27 de Abril e das FPLM (Ver Anexo 4, Mapa da cidade da Beira).

²⁸ Beira, como povoação, foi criada pela Portaria nº 303 de 27 de Julho de 1887. cf. MAE (2002:101), Folhas informativas dos 33 municípios.

Aliás, o abate acintoso do mangal com o fim de resolver problemas político militares²⁹, que até os princípios da década de 90 assolaram o país, acarretou grandes implicações ambientais. À guisa de exemplo, na área do Grande Hotel³⁰ florescia o mangal do estuário, entretanto, a dizimação desta associação vegetal foi de tal proporção que não existem senão pequenas estacas que têm sido utilizadas pela população para combustível lenhoso, sendo praticamente nula a possibilidade de regeneração desta associação vegetal no local (Simango, 2001).

A par disso, as actividades económicas para a sobrevivência que se desenvolvem ao longo do estuário do rio Púngue sobre o mangal, aliadas a um fraco nível de conhecimentos sobre a gestão sustentável de recursos, nomeadamente: o abate indiscriminado deste para fins energéticos, para a construção de casas de habitação precária, a abertura de áreas para a actividade pesqueira, constituem, segundo Simango (op. cit.), as principais acções de índole antropogénica cujos impactos se fizeram e ainda hoje se fazem sentir não apenas na redução da população do mangal e da superfície costeira, mas também na erosão marinha e no assoreamento do estuário e do próprio canal de acesso ao porto da Beira.³¹

Como solução para o problema do assoreamento, "*está em elaboração o projecto SEED (Projecto das Areias).... este projecto visa, basicamente, três propósitos: (i) a dragagem do canal que dá acesso ao porto da Beira, (ii) a formação duma duna ao longo da costa e (iii) com o produto dragado, fazer aterros em zonas baixas. Espera-se que até Novembro de 2003 sejam apresentados os potenciais financiadores*".³²

O projecto poderá contribuir bastante para o combate à erosão costeira; entretanto é preciso que não se perca de vista que, se por um lado a erosão costeira como tal é um fenómeno eminentemente natural, o seu agravamento tem origens antropogénicas, como seja, o abate

²⁹ A guerra civil que assolou o país na década de 80 a 90 levou a que as estruturas militares do regime então vigente, numa tentativa de controlar os movimentos do inimigo, em defesa da cidade da Beira, dizimasse o mangal que florescia na área do Grande Hotel, para em seu lugar instalar dispositivos de defesa do porto e da cidade em geral.

³⁰ Um dos hotéis situados no bairro da Ponta-Gêa que em tempos era uma referência para quem se deslocasse à Beira mas que agora encontra-se em estado total de abandono.

³¹ De acordo com Simango (op. cit), o assoreamento do estuário e do canal de acesso ao porto da Beira constitui um dos grandes problemas ambientais resultante da acção do curso fluvial, o qual é acelerado pela dizimação progressiva do mangal ao longo do estuário. Aqui é preciso perceber que o rio Púngue descarrega, por dia, perto de 30 metros cúbicos por segundo de sedimentos continentais no verão (idem).

do mangal que por sua vez acelera o processo de assoreamento do canal de acesso ao porto da Beira; portanto, o assoreamento mais do que uma causa, pode ser considerado um efeito de certas práticas ou comportamentos que se traduzem no abate do mangal, na extracção da areia para construção³³, na não realização de dragagens de uma forma regular, entre outras acções. Assim, seria fundamental e urgente a criação de mecanismos de exploração sustentável tanto do mangal como da areia por forma a que não se ponha em perigo a existência das gerações vindouras.

A questão da gestão da erosão costeira para o propósito deste trabalho está ligada à elaboração de estratégias tendentes a fazer face ao problema em estudo. De acordo com este pressuposto, podemos constatar que a gestão da erosão costeira no MCB é uma questão recente; basta notar que as primeiras acções concretas tendentes a atacar o problema datam dos meados da década 90, altura em que o MCB procurou suporte de várias agências doadoras e de alguns parceiros, incluindo o Instituto Holandês South África (NIZA), e as cidades de Amsterdão e Gothenburg (que têm acordos de geminação com a cidade da Beira desde 1993). Como resultado de missões realizadas em 1994-95 por peritos holandeses, foram propostas três estratégias de actuação em função dos meios disponíveis: *estratégia mínima*, *estratégia extensiva* e *estratégia máxima* (ver Enquadramento Teórico e Conceptual, pág. 20).

Das estratégias propostas, no terreno, a avaliar pelas obras realizadas, pudemos constatar que as actividades levadas a cabo pelo MCB com vista a fazer face à problemática da erosão costeira, enquadram-se na *estratégia mínima*, não havendo evidências da adopção das outras duas estratégias acima referidas, como atesta o depoimento de um dirigente municipal:

*...até a data, devido a exiguidade de recursos as nossa atenções estão viradas para a reparação dos pontos críticos...*³⁴

³² Excerto de entrevista realizada no dia 27/03/03 com um dirigente municipal, Beira.

³³ Embora a extracção da areia seja proibida por lei, a sua venda constitui actualmente uma pequena indústria que emprega centenas de moradores na cidade da Beira.

³⁴ Excerto da entrevista com um dirigente municipal no dia 27/03/03, no Conselho Municipal, Beira.

No entanto, esta estratégia tem como ponto fraco o facto de não poder atacar o problema pela sua origem, limitando-se apenas a intervenções de emergência. O ideal seria que o problema fosse atacado a partir da sua origem ou seja, que se adoptassem as estratégias máxima ou extensiva.

Entre as actividades realizadas, no âmbito da estratégia mínima destacam-se: a reabilitação do desaguadouro localizado no bairro das Palmeiras, o plantio de vegetação rastejante em alguns locais e pintura de murais com mensagens sobre os cuidados a ter com a costa, a reabilitação do muro de retenção que limita a estrada da marginal e as dunas e a construção de acessos de atravessamento das dunas às praias, em alguns locais.

Para além disso, foi realizada em princípios de 2000, uma campanha de sensibilização e educação pública³⁵ com vista a divulgar junto do público da cidade da Beira um conjunto de informações relativas à necessidade de proteger a costa da Beira. As informações, para além de aspectos gerais relativos à problemática da protecção costeira, tiveram o seu enfoque específico nos comportamentos necessários para uma melhoria sensível da situação actual. A par do plano de acção aprovado pelo Gabinete de Protecção Costeira, o Consultor preparou o documento "Levantamento dos Problemas que afectam a protecção Costeira", onde foi efectuado o levantamento exaustivo das práticas nocivas que afectam a protecção costeira, as consequências que daí advêm, os agentes envolvidos, a sua localização, assim como os comportamentos desejados e as acções necessárias a realizar (Ver anexo 5).

Ainda no âmbito deste esforço, em 1999 o MCB contratou um conselheiro para ajudar aquele município na realização de obras de protecção costeira de emergência para combater a erosão costeira, inundações e intrusão de águas salgadas e na preparação de um Plano Integrado de Gerência da Faixa Costeira (ICZM) para a cidade da Beira, com o foco no reforço institucional, incluindo treino, e a identificação de papeis específicos para todas as partes envolvidas.

³⁵ A campanha foi organizada por um consultor contratado pelo Gabinete de Protecção Costeira do MCB (Relatório Final da campanha de Sensibilização e Educação Pública para a Protecção Costeira - RFCSEPPC, 2000).

Este plano é útil para áreas onde diversas opções de gerência da utilização da terra estão mutuamente em conflito ou ameaçam o ambiente. Assim, o plano ICZM tinha como objectivo assegurar que utilizações de um só objectivo não tenham efeitos negativos sobre outras utilizações sectoriais da faixa costeira, ou seja, ele procurava resolver conflitos entre utilizadores de recursos costeiros (departamentos hierárquicos, empresários privados de construção civil, interessados nas faixas costeiras, entre outros), e também determinar a mistura ideal de protecção ambiental, bem como a utilização de recursos a longo prazo, sendo a coordenação entre agências primordial e um elemento chave no planeamento ICZM (RFPGIZCB, op.cit).

Para a materialização dos objectivos do ICZM exigia-se uma das três medidas:

1. Constituição de uma autoridade de gerência costeira semi-autónoma colocada dentro da agência do governo existente com poderes institucionais directos e independentes, incluindo a revisão de projectos e a emissão de autorizações.
2. Constituição de uma nova entidade coordenadora da zona costeira ao alto nível, que por estatuto tem a autoridade e recursos suficientes para assegurar que todas as agências e sectores estejam conforme as regras, procedimentos, normas e directrizes do ICZM.
3. Expansão do papel de uma agência já existente (DPC) através de estatutos para lhe atribuir o mandato necessário, autoridade e recursos para implementar o programa da ICZM.

Relativamente a esta iniciativa de elaboração de um Plano Integrado de Gerência da Faixa Costeira da Cidade da Beira com o foco no reforço institucional, é importante referir que a pesquisa constatou que por um lado o MCB por si só é incapaz de fazer face ao problema da erosão costeira, mesmo com a ajuda do governo central³⁶, devidos aos avultados custos que tal acarreta; e por outro, a persistência do fenómeno não se explica exclusivamente pelo conflito existente entre os vários utilizadores de recursos costeiros; tal deve-se ao facto do município não conseguir aproveitar a mais valia dos *stakeholders*. Uma das razões é o facto

³⁶ De acordo com um dirigente municipal, o MCB tem trabalhado com parceiros como: o governo central, e câmara municipais de alguns países na busca de soluções para o problema da erosão costeira.

do funcionamento das instituições municipais como: as comunidades locais, as lideranças comunitárias e a AM, não permitir uma maior participação das comunidades no processo de tomada de decisão. Muitos assuntos apresentados na AM para a discussão não são antes debatidos pelas comunidades; eles resultam da observação dos deputados.

Conforme defende Manor (op.cit.), a descentralização por si só não irá comandar o apoio da participação comunitária na planificação e implementação de políticas de desenvolvimento visto que, as complexidades inerentes ao sistema democrático, certas leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais poderão influenciar as promessas positivas da descentralização podendo mesmo não haver relação directa entre descentralização e participação comunitária. De facto é isso que se verifica no MCB no concernente à gestão participativa da erosão costeira, dado que as lideranças comunitárias não conseguem mobilizar os membros das comunidades para discutirem e buscarem soluções para o problema em estudo.

Um morador perguntado sobre o que tem feito no sentido de combater a erosão costeira respondeu:

... não vejo como sendo meu dever... o município é quem tem de fazer isso, todos os dias cobra-nos dinheiro, além de mais, eles discutem esse assunto lá na Assembleia Municipal e decidem sozinhos...³⁷

Estas declarações mostram, em primeiro lugar, que existe falta de ligação entre as comunidades e as suas lideranças, e entre aquelas e os deputados. Em segundo lugar espelham a incapacidade do MCB em "despertar" as populações sobre os seus direitos e deveres, entanto que municípios.

Os esforços empreendidos pelo MCB na busca de suporte financeiro de várias agências, como: o governo central, o governo holandês através das cidades de Amsterdão e Gotemburgo, a realização da campanha de sensibilização pública sobre os perigos da

³⁷ Excerto de entrevista realizada no dia 16.03.03 com um morador do bairro da Ponta Gêa, e ao mesmo tempo proprietário de um Quiosque na zona da Praia Nova; Beira.

erosão costeira, de trabalhos de reparação de pontos críticos, mostram o grau de sensibilidade do MCB face ao problema e a contratação de um conselheiro para ajudar aquele município a elaborar um Plano Integrado da Gerência Integrada da Zona Costeira da Beira, são elucidativos do lugar de destaque que a erosão costeira ocupa na agenda do Município, aliás, conforme um dos nossos entrevistados,

*...de algum tempo para cá a erosão ocupa o primeiro nível dentre as preocupações que o Município tem, isto porque ela tomou proporções tais que, é imperioso que se faça algo com vista a sua contenção...*³⁸

Se a preocupação com o problema da erosão é um assunto recente no MCB, mais recente ainda é a abordagem da gestão participativa deste fenómeno. Esta abordagem, para o MCB tem se limitado à simples apelos aos municípios para o seu envolvimento na busca de soluções para o problema.

Assim, no lugar de apelos dever-se-iam organizar palestras ou programas similares onde se pudessem explicar aos municípios o que é um município e quais são os direitos e deveres dos municípios, isto porque actualmente não é visível, por parte dos municípios, a mudança de mentalidade entre o período antes e depois da municipalização, facto que não permite estabelecer uma relação directa entre a DD e a participação das comunidades na busca de soluções para problemas do município.

A gestão participativa da erosão costeira deve pressupor o envolvimento activo dos moradores no processo de identificação de problemas e na busca das suas respectivas soluções por um lado, e por outro, na alocação de recursos, por parte do empresariado local, tendentes a fazer face ao problema.

É também visível, pelos depoimentos dos entrevistados que no MCB os municípios ainda não estão habituados à gestão participativa dos problemas locais. Uma das razões para tal pode ser a falta de capacitação e organização dos municípios, sobretudo na base.

³⁸ Excerto de entrevista com um dirigente municipal no dia 27/03/03, Beira.

3.2. Articulação entre líderes municipais, líderes comunitários, munícipes e DPCAA

No que se refere a articulação, é visível a falta de coordenação, sobretudo na elaboração de estratégias e planos de intervenção entre os dirigentes municipais e os próprios moradores/empresários locais e entre os munícipes e os líderes comunitários.

O quadro que se segue mostra o relacionamento que deveria existir entre os líderes municipais, líderes comunitários, munícipes e a DPCAA na elaboração de estratégias tendentes a fazer face ao problema da erosão costeira.

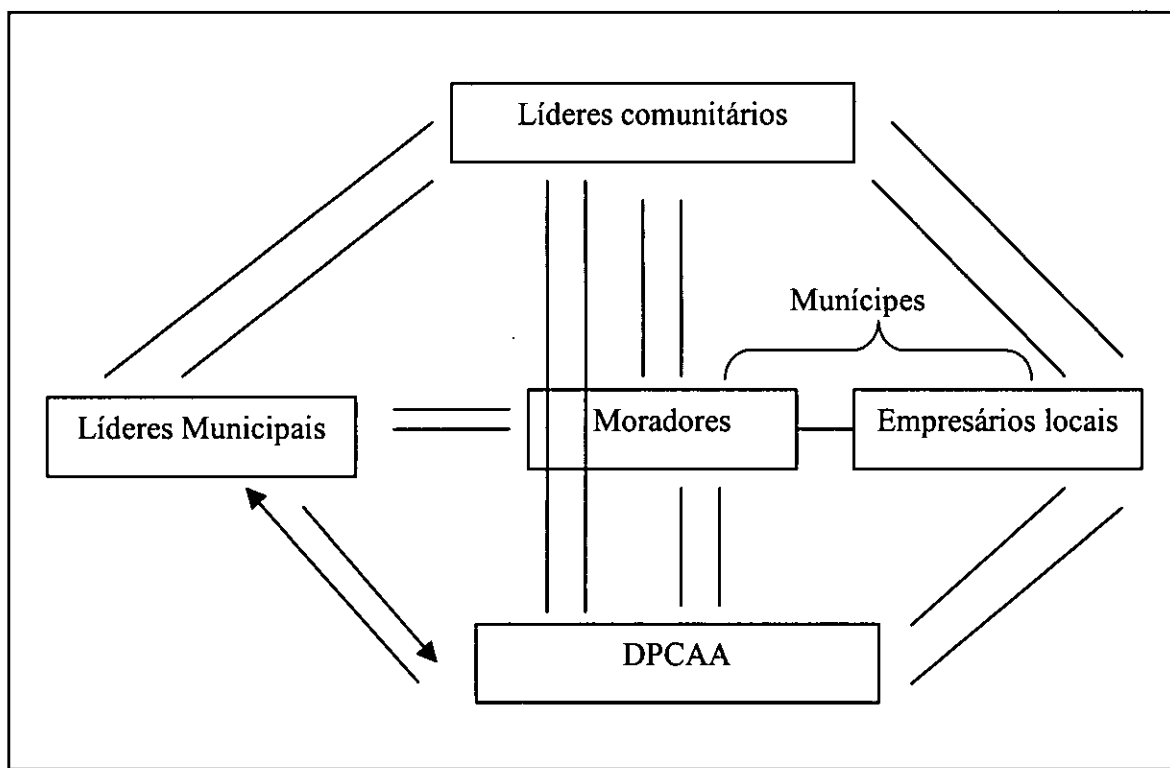

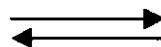


Figura 1: Relacionamento entre: líderes municipais, líderes comunitários, munícipes e a DPCAA

LEGENDA: 

Significa que não existe coordenação



Significa que existe coordenação

3.2.1. Articulação entre o CMCB e a DPCAA

Olhando para o relacionamento entre o CMCB e a DPCAA constata-se que existe uma coabitação aceitável entre estes dois órgãos. Esta coabitação traduz-se nas relações de coordenação existentes entre aqueles dois órgãos. À guisa de exemplo, tem havido encontros regulares de concertação entre o vereador para a área do ambiente e o Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental.

Entretanto, a actuação da DPCAA, não se faz sentir, sobretudo no que se refere à realização de acções concretas tendentes a fazer face a erosão costeira. Em muitas actividades realizadas pelo CMCB a DPCAA não teve protagonismo, embora se reconheça tratar-se dum problema que "*(...) tem preocupado sobremaneira a DPCAA, devido aos seus efeitos devastadores...*"³⁹

De acordo com a explicação obtida na DPCAA, esta instituição, "*pela sua natureza, não é um órgão de intervenção; a sua função é mais de coordenação a intervenção é da inteira responsabilidade do Município*"⁴⁰.

Se por um lado existe coordenação de actividades entre o CMCB e a DPCAA, o mesmo não se pode dizer em relação à existência, nesta última, de um plano de intervenção ou política sectorial específica de combate à erosão costeira, capaz de influenciar o comportamento colectivo dos municípios. Isto é testemunhado pelo depoimento colhido na DPCAA: *... agora não é tempo de desenhar políticas, é momento de agir, as políticas já foram desenhadas e constam do PNGA*⁴¹.

Entretanto, o Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA), que é um plano director para a gestão sustentável do ambiente em Moçambique, através da coordenação intersectorial, tem um âmbito estratégico e aborda a gestão ambiental no geral. Para sua implementação requer que se elabore um plano operacional e tático, por forma a assegurar

³⁹ Excerto de entrevista realizada a 11.03.03 com um dirigente na DPCAA, Beira.

⁴⁰ Excerto de entrevista realizada a 11.03.03 com um dirigente na DPCAA, Beira.

⁴¹ Excerto de entrevista realizada a 11.03.03, na DPCAA com um dirigente.

que os vários utilizadores de recursos costeiros e ambientais o façam numa forma sustentável.

3.2.2. Articulação entre as comunidades e os seus líderes

Sobre a articulação entre as lideranças comunitárias e as comunidades, pode-se concluir, através das entrevistas efectuadas, que entre estes dois segmentos não existe uma coordenação perfeita; as lideranças comunitárias (secretários dos bairros) quase que não tratam da questão da erosão costeira com os moradores nas poucas reuniões que têm sido realizadas. Conforme explica um secretário de um dos bairros visitados:

... poucas vezes nos reunimos por ano (...) dessas poucas vezes foi para resolver problemas entre moradores. Além disso, pouca gente tem participado nelas visto que muitos pensam tratar-se numa reunião para tratar de assuntos do partido (Frelimo)⁴².

Ora, se por um lado o problema da erosão costeira não é discutido na base por falta de articulação entre as lideranças comunitárias e as comunidades, e por outro os problemas discutidos nas sessões da AM não são antes discutidos entre os moradores, isso mostra, à partida, que as decisões traçadas no topo muitas das vezes não são conhecidas na base, o que deixa perceber que existe uma espécie de marginalização dos moradores neste processo.

Com esta constatação, ganha consistência o argumento segundo o qual "o sucesso da municipalização depende de dois factores: os municípios e os seus líderes" ou seja, a ligação entre estes e aqueles reveste-se de uma crucial importância para que as promessas positivas da DD se transformem em realidade⁴³. É fundamental que os moradores sejam capacitados sobre o seu papel na busca de soluções para os problemas locais bem como que sejam criados espaços para que estes participem visto que, de acordo com Souza (op.cit), a participação é, acima de tudo, um processo educativo.

⁴² Extracto de entrevista realizada a 17.03.03 com um secretário do bairro, Beira.

3.2.3. Articulação entre o CMCB e o empresariado local

No concernente ao relacionamento entre o CMCB e o empresariado local, nota-se que há falta de coordenação entre estes actores, isto reflecte-se na falta de consciência, por parte dos empresários locais, sobre o seu papel no processo de combate à erosão costeira, embora reconheçam tratar-se de um problema preocupante.

Um dos empresários abordado sobre a contribuição da sua empresa no combate a erosão respondeu:

*... o governo tem sempre a mania de atirar responsabilidade ao sector privado (...) essa não é nossa tarefa como empresários, nós pagamos impostos para isso. A nossa missão entanto que sector privado é fazer dinheiro para que o Estado funcione e nós fazemos isso...*⁴⁴

Pode-se perceber que não existem mecanismos de negociação entre as autoridades municipais e o empresariado local na resolução do problema. Qualquer empresário tem como objectivo último a obtenção do lucro; todo investimento feito é no sentido de obter lucros. O depoimento acima mostra que alguns empresários não vêem nenhuma vantagem em fazer tal investimento. Assim, por forma a incentivar a participação do empresariado local na resolução do problema da erosão costeira, não bastam apelos, é necessário que se estudem possibilidades de criação de mecanismos de negociação entre as autoridades municipais e os empresários locais de modo que estes se sintam estimulados ou recompensados em relação aos investimentos que forem a fazer.

3.3. Confrontação das hipóteses com os resultados da pesquisa

Antes é importante lembrar que o estudo esteve assente sobre três pontos de reflexão:

O primeiro é a convicção segundo a qual os órgãos autárquicos servem de força propulsora para o alargamento do exercício do poder administrativo do tipo participativo. O segundo é

⁴³ Discurso de abertura do Primeiro Ministro Pascoal Mocumbi à II Reunião Nacional dos Municípios realizada de 06 à 08 de Dezembro, nos Pequenos Libombos.

o facto de competir às autarquias locais a tarefa de promoção do desenvolvimento económico e social, a defesa do meio ambiente e a garantia do saneamento básico. O terceiro é o facto de não se vislumbrarem, pelo menos a curto e médio prazo, alternativas de solução do problema da erosão costeira no MCB.

Como hipóteses tínhamos:

➤ H1: A formulação de estratégias de combate à erosão costeira não toma em consideração a participação de outros segmentos como por exemplo os moradores e empresários locais.

➤ H2: A falta de consciência dos municípios sobre as causas da erosão costeira leva a práticas de actividades que atentam contra o agravamento do fenómeno.

Relativamente a primeira hipótese, no terreno pudemos verificar, através de entrevistas efectuadas, que existe uma "marginalização" dos municípios no processo de tomada de decisão; muitos planos de intervenção elaborados pelo MCB foram dados a conhecer aos municípios a posterior. Alguns empresários participaram por serem deputados da Assembleia Municipal. Tal facto deve-se à inexistência, no MCB, de um mecanismo de comunicação que possibilite uma participação efectiva tanto dos moradores como do empresariado local na elaboração e implementação de estratégias de combate à erosão costeira. Esta constatação levou-nos à confirmação da nossa primeira hipótese segundo a qual a formulação de estratégias de combate a erosão costeira não toma em consideração a participação de outros segmentos populacionais.

Outro dado que nos leva a validar a nossa hipótese é o facto das acções levadas a cabo pelo Município no sentido de atacar o problema não se enquadrarem necessariamente no contexto da DD uma vez que em termos comparativos a filosofia de trabalho não mudou relativamente ao período anterior ao da criação do MCB⁴⁵; fazendo uma comparação entre o período pré e pós municipalização não é visível alguma mudança de mentalidade por parte dos municípios em relação ao problema da erosão costeira, o que deixa transparecer

⁴⁴ Excerto de entrevista realizada a 20.03.03 com um empresário local,

⁴⁵ Os trabalhos de protecção costeira contra a erosão iniciaram nos meados dos anos 90; na altura, o MCB ainda não tinha sido criado.

uma fraca informação aos municípios sobre as vantagens da municipalização, sobretudo no que se refere aos deveres dos municípios.

Quanto a segunda hipótese, verificamos que em muitos casos não é a falta de consciência sobre as causas da erosão costeira que leva à prática de actividades que atentam contra o agravamento do fenómeno; muitos municípios estão sensibilizados sobre o problema sobretudo através da campanha de educação e sensibilização pública levada a cabo pelo CMCB sobre as actividades que podem concorrer para a degradação das condições ambientais, principalmente no que se refere à erosão costeira. O que tem motivado a prática de tais actividades tem sido a luta pela sobrevivência aliada a inexistência de mecanismos alternativos de exploração de alguns recursos como a areia para construção e a floresta mangal. Os municípios ainda exploram o mangal porque ele constitui uma forma de sobrevivência, sobretudo para as populações mais carenciadas; os municípios ainda retiram areia porque o município ainda não encontrou uma fonte alternativa.

Estas constatações levam-nos a não validar a nossa segunda hipótese segundo a qual, é a falta de consciência sobre as causas da erosão costeira que leva à prática de actividades que atentam contra o agravamento do fenómeno. A razão principal da prática de tais actos é a inexistência de alternativas sustentáveis de exploração desses recursos.

Entretanto, esta ausência de consciência verifica-se na classe dos empresários, ao mostrarem claramente a sua ignorância; como empresários que são, o seu papel no processo de combate à erosão costeira, e a necessidade de darem o seu contributo, independentemente das vantagens económicas que possam obter.

3.4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.4.1. Conclusões

Devido a vários factores, entre os quais a guerra que assolou o país desde os primeiros anos da independência, a limitada capacidade institucional e de recursos humanos qualificados, a

abordagem sistemática da erosão costeira em Moçambique e no MCB em particular é uma questão recente. Recentes também são os esforços das instituições para uma gestão participativa do fenómeno, cujo indicador é o envolvimento activo dos municípios no processo de tomada de decisões e na alocação de recursos tendentes a fazer face ao problema da erosão costeira.

A erosão costeira é um fenómeno que preocupa o MCB e está no topo das prioridades, entretanto o MCB, por si só é incapaz de o resolver, o que faz com que se torne necessário o envolvimento activo de todos *stakeholders* na busca de soluções para o problema da erosão costeira.

O estudo constatou que a erosão costeira como tal é um fenómeno eminentemente natural entretanto, as causas da sua persistência são de natureza antropogénica, apesar de grande parte dos municípios estar sensibilizada sobre as causas e os actos que atentam contra o meio ambiente e a erosão costeira em particular. Ou seja, a persistência do fenómeno explica-se pela prática de actos como: o abate do mangal, a extracção de areia para a construção de habitações, a não realização de dragagens regulares, e a incapacidade do próprio município em cobrar receitas para o financiamento das actividades do município, em particular as de combate à erosão costeira.

Uma outra constatação é a de que por falta de articulação entre os moradores e as suas lideranças, aqueles são marginalizados no processo de tomada de decisão, chegando-se mesmo a tomar decisões sobre assuntos que dizem respeito a uma determinada zona sem que grande parte dos moradores esteja a par.

A outra constatação é a de que o MCB não consegue mobilizar o empresariado local a participar activamente no financiamento das obras de combate à erosão ou seja, não há trabalho de sensibilização o empresariado local.

Assim, o estudo por nós desenvolvido nos remete à constatação de que embora se reconheçam as vantagens da DD, ela não deverá ser considerada como fórmula mágica para todos os problemas subjacentes à administração de uma determinada zona. Isto quer dizer que a implementação da DD deve ser precedida por uma análise aprofundada sobre o tipo de problemas, as instituições existentes, o tipo de liderança e sobretudo a articulação entre as comunidades e os seus líderes, por forma a se encontrarem mecanismos razoáveis e aceitáveis de interacção entre as componentes que intervêm no processo de DD. Só assim é que se pode ter uma efectiva participação dos *stakeholders* na busca de soluções para os problemas a que a DD se propõe encontrar soluções.

3.4.2. Recomendações

Um dos objectivos que nortearam a realização deste trabalho, foi o de querer analisar os mecanismos de coordenação entre as autoridades municipais, o governo da província e os municípios na resolução do problema, bem como os mecanismos subjacentes ao processo de elaboração de estratégias de combate a erosão costeira, com vista a dar alguns *inputs* que possam contribuir para a elaboração e implementação de estratégias que permitam um envolvimento activo do empresariado local e outras camadas populacionais na solução do problema da erosão costeira.

Assim, face aos problemas constatados, tecemos as seguintes recomendações, todas orientadas ao MCB:

- Uma vez que a gestão participativa da erosão costeira deve pressupor o envolvimento activo dos moradores no processo de identificação de problemas e na busca das suas respectivas soluções, é fundamental que se estudem mecanismos tendentes a estender o exercício democrático até a base.
- Desenvolver acções de sensibilização dirigidas aos empresários locais, por forma a estimulá-los no financiamento de obras de protecção costeira, dada a incapacidade do MCB por si só resolver o problema.

➤ Estudar mecanismos de exploração sustentável de recursos como o mangal e a areia para construção de habitações de modo que a sua exploração não ponha em perigo a existência da cidade da Beira.

➤ É visível, pelos depoimentos dos entrevistados, que no MCB os municípios ainda não estão habituados à gestão participativa dos problemas locais. Uma das razões para tal pode ser a falta de capacitação e organização dos municípios, sobretudo na base. Assim, é fundamental que os moradores sejam capacitados sobre o seu papel na busca de soluções para os problemas locais bem como que sejam criados espaços para que estes participem visto que, de acordo com Souza (op.cit), a participação é, acima de tudo, um processo educativo.

Pista para posteriores estudos

Na verdade, em estudos desta natureza mais fácil é descobrir novas questões do que propriamente soluções para os problemas já identificados. Assim, o presente estudo, longe de estar terminado, é apenas a continuação de estudos que vêm sendo feitos sobre a matéria e procuramos, com o mesmo, dar o nosso contributo com algumas ideias sobre uma das componentes que deve ser considerada no processo de fazer face à erosão costeira no MCB. deste modo, para que se continue com a reinvenção de paradigmas que regem a relação Estado/Sociedade, estudos do géneros devem ser continuados.

Desta feita, estudos com vista a contribuir para uma maior e melhor gestão participativa dos problemas do MCB e para a erosão costeira em particular, uma das pistas pode a análise da questão: *Que arranjo institucional pode contribuir para o aumento da participação dos municípios na gestão da erosão costeira?*

BIBLIOGRAFIA

1. Teses e artigos não publicados

CANHANGA, Nobre (2001), *Descentralização, Participação Comunitária e desenvolvimento Municipal: o caso do Município de Quelimane*; Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública, UFICS-UEM.

CHICATSA, Alexandre Jamo (1996), *A problemática das inundações na cidade da Beira como um impacto da Erosão Costeira*, Jornadas de Investigação Ambiental MICOA, Beira.

DELE, Olowu (2001), *Local Political and institutional structures and process*. Decentralization Symposium, Cape Town.

ERNESTO, Norinho (2002), *Gestão financeira dos municípios; Descentralização, Desenvolvimento e Cobrança de receitas - O caso do Município da Beira*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública, UFICS-UEM.

FARIA, Faria & CHICHAVA, Ana (1999), *Descentralização e Cooperação descentralizada em Moçambique*, Texte du Document de Reflexion ECDPM numéro 12, Octobre, 1999.

FRANCISCO, António Álvaro (2001), *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique, Contribuição para a sua compreensão crítica*. - Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rio de Janeiro; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro

GAVENTA, John & VALDERRAMA, Camilo (1999), *Participation, citizenship and Local Governance*, Background Note prepared for Workshop on "Strengthening Participation in Local Governance", London: Institute of Development Studies.

SIMANGO, Paulo António de Almeida (2001), *Modelo de participação Comunitária na gestão sustentável do mangal - Estuário do rio Púngue*; Trabalho de Diploma para a obtenção do grau académico de Licenciatura em no Ensino de Geografia, UP- Beira.

2. Relatórios

MAE (2000), *Relatório da Segunda Reunião Nacional dos Municípios (06 à 08/12 2000, Pequenos Libombos)*, MAE, Maputo.

Relatório Final da Campanha de Sensibilização e Educação Pública para a Protecção Costeira - RFCSEPPC (2000), Conselho Municipal da Cidade da Beira.

Relatório Final do Projecto de Gerência Integrada da Zona Costeira da Beira - RFPGIZCB, para o Conselho Municipal da Beira (1999), Arcadiss Euroconsult, Beira.

Relatório da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação com Amesterdão - RCDCA (1996), *Combate à Erosão*; Beira, Moçambique; Projecto nº 810007.01, Ingeineurs Bureau, Amsterdam.

3. Monografias e Artigos Publicados

ABRAHAMSON, Hans & NILSON, Anders (1994), *Moçambique em Transição*, PADRIGU/CEEI-ISRI.

AMARAL, Vanda do (1999), *Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação*, Livraria Universitária, 2ª Edição, UEM, Maputo.

CHIAVENATO, Idalberto (1994), *Administração de empresas, uma abordagem contingencial*, Makron Books, 3ª Ed., Rio de Janeiro.

CHICHAVA, José (1999), *Participação comunitária e desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*, INLD, Maputo.

Licenciatura em Administração Pública • Tema: Participação dos Municípios na Gestão da Erosão Costeira - O caso do M.C. Beira • Autor: Silvestre Sarifo Nicaningo • UFICS/UEM • Agosto de 2003

Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público- CIRESP (2001), *Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001- 2011*, Imprensa Nacional, Maputo.

Constituição da República (2001), edição actualizada, Imprensa Nacional, Maputo.

FERREIRA, J.M.. Carvalho, et al (1995), *Sociologia*, McGraw – Hill, Amadora, Portugal.

GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamim (1997) *O inquérito, Teoria e Prática*, Celta Editora, Oleiras.

GOBE, M. A. (1994), A situação económica do país; In CASTE-BRANCO- Org. (1994) - *Moçambique Perspectivas Económicas*, UEM- Fundação Friedrich Ebert, Matuto .

GUAMBE, José M. Elija & WEIMER, Bernhard - Ed. (1998), *Guião das Autarquias Locais; Projecto de Descentralização e Democratização*; MAE.

GUAMBE, José M. E. (1998): A Reforma dos Órgãos Locais - Vantagens e riscos da Descentralização; In MAZULA, Aguiar et al. (1998): *Autarquias locais em Moçambique, antecedentes e regime jurídico*. (pp 29-43) Lisboa - Maputo.

HUGHES, Owen (1998), *Public Management: an introduction*, 2ed, New York.

INE (1999), *II Recenseamento geral da População e Habitação 1997, província de Sofala*; INE, Maputo.

INE (1999), *II Recenseamento geral da População e Habitação 1997, indicadores sócio - demográficos da província de Sofala*; INE, Maputo.

LUNDIN, I .B & MACHAVA, F.J. (1996): *Descentralização e Administração Municipal*, Fundação Friederich Ebert, Maputo.

MANOR J. (1998): Promessas e as limitações da descentralização (MAR) In GUAMBE, José M. & WEIMER, Bernhard (ed.) *Texto de discussão n° 6, MAE, Programa de reforma dos órgãos locais*, MAE, Maputo.

MAE (2002), *Folhas Informativas dos 33 Municípios*. Direcção Nacional da Administração Local, MAE, Maputo.

MICOA (1996), *Programa Nacional de Gestão Ambiental -PNGA*. Maputo.

MONTEIRO, José Óscar (2000), Administração Pública; in PNUD (2000), *Relatório sobre governação democrática em Moçambique*, Maputo.

PRETTY, Jules et al (1995), *A Trainer's Guide for Participatory Learning and action*, International Institute for Environmental and Development, London.

Programa Nacional de Gestão Ambiental - PNGA (1996), MICOA, Maputo

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. Van (1992), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Grádiva editores, Lisboa.

Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (2001), PNUD - SARDEC, Maputo.

ROCHA, J. A. Oliveira (1991), *Princípios de Gestão Pública*, Editorial Presença, Lisboa

SOUZA, Maria Luíza (1987), *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. CORTEZ Editora, São Paulo, Brasil.

STONER, James & FREEMAN, R. Eduard (1985), *Administração*. Prentice - Hall do Brasil, Rio de Janeiro.

TORRES, Adelino (1998), *Horizontes do desenvolvimento africano no Limiar do Século XXI*, 1ª ed. Vega Editora, Lisboa.

VALERIANO, L. Dalton, (1998), *Gerência de Projectos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia*, Makron Books do Brasil Editora, Rio de Janeiro.

WEIMER, Bernhard (2002): *Autarcização em Moçambique, Alguns critérios de avaliação para o balanço das primeiras experiências da descentralização*. Cooperação Suíça – Programa de apoio à descentralização e Municipalização (PADEM) de 03 – 05 de Março de 2002.

WETTENHALL, R. (1996), Notes on the Language of Decentralization; *In Teaching Public Administration*, Vol. XVI.

WORLD BANK (1995), *World Bank Participation Sourcebook. Environment Department Papers Participation Series*, Washington D.C.: World Bank.

4. Periódicos e Artigos de publicações periódicas

BENE, Paulo (1998), Beira e a Erosão Costeira. In: *Bol. Moçambique, MICOA*.

GASPAR, Anselmo (1996), Erosão na Zona Costeira de Moçambique. In: *Moçambique* Nº 5, Maio.

GUAMBE, José M. Elija (1996), O Processo de Descentralização num contexto democrático em Moçambique; In *Bol. MAE, Especial 2*, Maputo, pp 26-35.

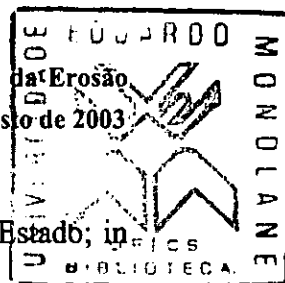
GUAMBE, José M. Elija & LOUREIRO, José Dias (1997), A problemática do financiamento dos municípios, in *Bol. MAE Especial 4*, pp 10-15, Maputo.

Jornal NOTÍCIAS (18/08/98): A Beira e a Erosão Costeira.

_____ (06/06/2000): Erosão "Engoliu" Nove metros da Costa da Cidade da Beira.

_____ (21/08/02): Noventa e Cinco anos da Beira com apelos à gestão Municipal.

Licenciatura em Administração Pública • Tema: Participação dos Municípios na Gestão da Erosão Costeira - O caso do M.C. Beira • Autor: Silvestre Sarifo Nicaningo • UFICS/UEM • Agosto de 2003



MACAMO, Fernando Rostino (1996): Os Municípios e as suas relações com o Estado; in *Bol. MAE Especial 1*, pp 15-20, Maputo.

MUCANHEIA, Francisco Ussene (1998), Descentralização, política multipartidária e etnicidade em Moçambique; Comunicação apresentada no Seminário de Investigadores Candidatos a Doutoramento, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Real de Leiden - Holanda; in *Bol. MAE Especial 10*, pp 15-19, Maputo.

_____ (1998): Reforma da Administração Pública, perspectiva e estratégias; in *Bol. MAE Especial 10*, pp 20-26, Maputo.

NAMBORA, Rufino (1997), Eleições autárquicas; órgãos locais do estado, órgãos representativos, poder local; Comunicação apresentada num seminário subordinado ao tema Autarquias locais, in: *Bol. MAE, Especial 4*, pp 2-9 Maputo.

VALÁ, Salim Cripton (1998), *os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*, artigo publicado no jornal *domingo*, 11.01.1998, nº 833, p. 18.

5. Legislação

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 2/92, que cria a Comissão Nacional do meio Ambiente e aprova o respectivo estatuto orgânico; in BR nº 23, I Série, de 3 de Junho, de 1992.

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 2/94, que extingue os ministérios, secretarias de estado e comissões nacionais e que cria novos ministérios; in BR nº 51, de 21 de Dezembro de 1994.

LEI 3/94, que aprova o quadro institucional dos distritos municipais; in BR, 2º Suplemento, de 13 de Setembro, I Série - nº 37,

LEI 2/97, que aprova o quadro jurídico para a implantação das autarquias locais; in BR, 2º Suplemento, de 18 de Fevereiro, I Série - nº 7,

LEI 10/97, que cria os municípios de cidades e vilas em algumas circunscrições territoriais; in BR, 4º Suplemento, de 31 de Maio, I Série - nº 22,

6. Dicionários e enciclopédias

BERNARD, Yves & COLLI, Jean-Claude (1997), *Dicionário económico e Financeiro*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

BIROU, Alain, 1982, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

DONALD, Rutherford (1995), *Dicionário de Economia*, ed. Difusão Cultural - Sa, Algés, Portugal.

GARRIDO, Dulce & COSTA, Rui (1996), *Dicionário Breve de Geografia*, Editorial Presença, Lisboa.

MONTCEL, H. T. (1972), *Dicionário de Gestão*; Publicações Dom Quixote; Lisboa

ANEXO 1:

Guiões de entrevistas

ANEXO 1

1. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS AO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL (P.C.M.)

1. Perguntas de identificação
2. Que lugar de importância ocupa o problema na agenda do Município?
2. De que forma tem sido feita a intervenção na resolução do problema? por que meios?
3. Que dificuldades o Município encara na resolução do problema ?
4. O que foi feito de concreto até já para o seu combate?
5. Quando é que a erosão começou a merecer uma preocupação por parte do Município?
6. Fazendo uma comparação entre a altura do "Conselho Executivo" e agora (Conselho Municipal), existe alguma diferença na maneira de abordar o problema? Nota-se alguma diferença no comportamento e atitude dos munícipes face ao problema?
7. Como é que o Município se relaciona com o Governo provincial, associações de moradores e com o empresariado local na busca de soluções para o problema?
8. De que maneira o empresariado local tem ajudado na resolução do problema?
9. A institucionalização das autarquias locais (municipalização) é vista como o garante da participação da população na resolução dos problemas que afectam o Município. O que é que o MCB tem feito no sentido de garantir a participação dos munícipes na resolução do problema da erosão costeira?
10. A formulação de estratégias de combate a erosão costeira toma em consideração a componente comunitária?
11. Qual é a causa da persistência da erosão costeira?
13. Qual é a apreciação que faz sobre o comportamento dos munícipes face ao problema?

ANEXO 1

2. ROTEIRO DE ENTREVISTAS DIRIGIDAS AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (A.M.)

1. Perguntas de identificação.
2. Qual é a sensibilidade da AM face ao problema da erosão costeira?
3. Desde que foi criada quantas sessões já dedicaram ao debate da matéria?
4. Terá havido resultados positivos? No caso afirmativo, o que se fez para a implementação desses resultados?
5. Quem normalmente participa nessas sessões?
6. Se houve sessões que discutiram sobre o meio ambiente, os municípios e as associações comunitárias participaram nas mesmas. De que maneira é que as associações se têm feito representar na Assembleia?
7. Que planos foram desenhados pelo C.M. que são do conhecimento da A.M. sobre o problema?
8. Que negociações foram efectuadas com os grupos de moradores, ou associações/empresários, no sentido da participação para o combate a erosão?
9. Quantas vezes foram contactados pelas associações, empresários ou moradores com a intenção de ajudar o município a combater a erosão?
10. O que é que tem contribuído para a persistência do problema?
11. Como é que acha que os Municípios encaram este problema? Será que eles nas suas práticas diárias estão cientes dos impactos da erosão costeira?
12. Como é que as comunidades são mobilizadas a participar na discussão dos problemas ligados a gestão da erosão costeira? Contratam alguns líderes influentes, como sejam, líderes religiosos, secretários dos bairros e/ou outros?
13. A formulação de estratégias de combate a erosão costeira toma em consideração a participação de outros segmentos, como por exemplo, os moradores e empresários locais?
14. No caso afirmativo, como é que o empresariado local tem contribuído para a solução do problema? E o que dizer a respeito dos moradores?

ANEXO 1

3. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS AO CHEFE DO GABINETE DE GESTÃO AMBIENTAL (GGA)

1. Perguntas de identificação.
2. Qual é a sensibilidade do Gabinete de Gestão Ambiental face ao problema da erosão costeira?
3. O que foi feito até já para a solução do problema?
4. O que é que tem contribuído para a persistência do problema?
5. Como é que acha que os Municípios encaram este problema? Será que eles nas suas práticas diárias estão cientes dos impactos da erosão costeira?
6. Tem havido em vários locais e através dos *media*, ou outros meios ,a disseminação de informação sobre interdição de práticas que atentam contra o meio ambiente e da costa em particular?
7. Em caso afirmativo tem havido fiscalização?
8. Há sanções previstas para os prováveis infractores?
9. A formulação de estratégias de combate a erosão costeira toma em consideração a participação de outros segmentos, como por exemplo, os moradores e empresários locais?
10. No caso afirmativo, como é que o empresariado local tem contribuído para a solução do problema? E o que dizer a respeito dos moradores?
11. Como é que o GGA intervêm na resolução do problema?
12. Quais tem sido as principais dificuldades encaradas no processo?
13. Como é que é feita a coordenação entre o GGA, e os Órgãos Municipais na resolução do problema?
14. Como é que tem sido feita a coordenação entre o GGA e os municípios na resolução do problema?
15. Que estratégias são seguidas?
16. Que planos de intervenção existem?
17. Quais são as formas de intervenção?
18. Quais são os recursos existentes?

Licenciatura em Administração Pública • Tema: **Participação dos Municípios na Gestão da Erosão Costeira** - O caso do M.C. Beira • Autor: Silvestre Sarifo NICANINGO • UFICS/UEM • Setembro de 2003

19. Quantas vezes já se reuniram se reuniram para abordar o problema junto dos moradores?

20. O que foi feito?

ANEXO 1

4. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS AO CHEFE DO GABINETE DE PROTECÇÃO COSTEIRA (DPC)

1. Perguntas de identificação (nome, profissão, cargo).
2. Qual é a sensibilidade do GPC face ao problema da erosão costeira?
3. O que foi feito até já para a solução do problema?
4. O que é que tem contribuído para a persistência do problema?
5. Como é que acha que os Municípios encaram este problema? Será que eles nas suas práticas diárias estão cientes dos impactos da erosão costeira?
6. Tem havido em vários locais e através dos *media*, ou outros meios ,a disseminação de informação sobre interdição de práticas que atentam contra o meio ambiente e da costa em particular?
7. Em caso afirmativo tem havido fiscalização?
8. Há sanções previstas para os prováveis infractores?
9. A formulação de estratégias de combate a erosão costeira toma em consideração a participação de outros segmentos, como por exemplo, os moradores e empresários locais?
10. No caso afirmativo, como é que o empresariado local tem contribuído para a solução do problema? E o que dizer a respeito dos moradores?
11. Como é que o GPC intervêm na resolução do problema?
12. Quais tem sido as principais dificuldades encaradas no processo?
13. Como é que é feita a coordenação entre o GPC, o GGA, e os Órgãos Municipais na resolução do problema?
14. Como é que o GPC se os municípios na resolução do problema?
15. Que estratégias o GPC adopta para a resolução do problema?
16. Que planos de intervenção o GPC adopta?
17. Que meios dispõe para o efeito?

ANEXO 1

5. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS A MORADORES

1. Perguntas de identificação.
2. Qual é o seu sentimento sobre o problema da erosão costeira?
3. Têm informações sobre as causas e as consequências da erosão costeira?
4. O que é que o Sr(a) tem feito no sentido de ajudar o município a resolver o problema da erosão costeira?
5. Já participou em alguma palestra ou em outros eventos onde se abordou o problema da erosão?
6. Tem acompanhado mensagens que falam sobre as causas da erosão e os mecanismos para o combate?
7. Conhece algum plano de intervenção do Conselho Municipal no combate à erosão?
8. Quem normalmente participa nessas reuniões?
9. Já participou alguma vez numa sessão da Assembleia Municipal?
10. No caso afirmativo, ter-se-á falado do problema da erosão costeira bem como das estratégias para o seu combate?
11. Na sua maneira de ver o que é que faz com que a erosão persista?

ANEXO 1

6. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS A PERITOS EM MATÉRIA DE DESCENTRALIZAÇÃO¹

1. Perguntas de identificação.
2. Volvidos aproximadamente 5 anos qual é o balanço que se pode fazer sobre os resultados/efeitos da autarcização na resolução dos problemas que afectam os municípios?
3. Alguns estudiosos afirmam que com a descentralização conseguir-se-á despertar o que de melhor há no povo; ou seja, a capacidade de lutar contra situações adversas. Entretanto, no caso do MCB, constata-se que a participação das comunidade no processo de tomada de decisão é quase que inexistente. O que é que pode estar na origem disso?
4. O empresariado local participa muito pouco para o combate à erosão no MCB. Que explicação pode estar na origem disso?
5. Certos estudiosos consideram que descentralização democrática sem amplas reformas a nível institucional, económico e político chega a ser uma contradição. Será que estas componentes estão sendo tomadas em consideração?
6. A não existência de uma instituição que possa fazer face aos problemas ligados ao Município pode suscitar problemas de carácter administrativo. Constituirá este um factor que concorre para a persistência do problema? Ou seja, as causas da persistência da erosão são de origem natural ou administrativa?

¹ Em virtude de não ter sido possível estas individualidade devido à falta de tempo por parte destes, fomos obrigados a direccionar a nossa entrevista a dois funcionários Direcção Nacional do Desenvolvimento Autárquico (MAE) que trabalham com algumas autarquias.

ANEXO 1

7. ROTEIRO DE PERGUNTAS DIRIGIDAS A EMPRESÁRIOS LOCAIS

1. Perguntas de identificação (nome, profissão, cargo).
2. Qual é a sensibilidade da empresa face ao problema da erosão costeira?
3. O que é que a empresa tem feito no sentido de mitigar os efeitos da erosão costeira?
4. Tem - se afirmado que a persistência do problema explica-se pela falta de recursos financeiros, por parte do município, para fazer face ao problema. Partilha a mesma opinião?
5. Em caso negativo qual pensa ser a explicação para isso?
6. De que maneira acha que os empresários deveriam se envolver no combate á erosão costeira?
7. Tem participado em algumas sessões da Assembleia Municipal?
8. No caso afirmativo, terão alguma vez discutido a problemática da erosão costeira, bem como as estratégias para o seu combate?
9. No caso afirmativo, qual foi a contribuição da empresa?

ANEXO 1

8. ROTEIRO DE PERGUNTAS A DIRIGIR AO DIRECTOR PROVINCIAL PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

1. Perguntas de identificação (nome, profissão, cargo).
2. Qual é a sensibilidade da DPCAA face ao problema da erosão costeira?
3. O que foi feito até já para a solução do problema?
4. O que é que tem contribuído para a persistência do problema?
5. Tem havido em vários locais e através dos *media*, ou outros meios, a disseminação de informação sobre interdição de práticas que atentam contra o meio ambiente e da costa em particular?
6. Em caso afirmativo tem havido fiscalização?
7. Há sanções previstas para os prováveis infractores?
8. A formulação de estratégias de combate a erosão costeira toma em consideração a participação de outros segmentos, como por exemplo, os moradores e empresários locais?
9. No caso afirmativo, como é que o empresariado local tem contribuído para a solução do problema? E o que dizer a respeito dos moradores?
10. Como é que o GPC intervêm na resolução do problema?
11. Quais tem sido as principais dificuldades encaradas no processo?
12. Como é que é feita a coordenação entre a DPCAA, DPC, o GGA, os Órgãos Municipais e o empresariado local na resolução do problema?

ANEXO 2:

Lista de entrevistados e de instituições contactadas

ANEXO 2:

LISTA DE ENTREVISTADOS E DE INSTITUIÇÕES CONTACTADAS

ENTREVISTADOS

Anália Jorge	Solteira, residente no bairro de Macuti.
Ângelo Celestino José	Casado, residente no bairro da Ponta-Gea.
Augusto Manuel Paulo	Geógrafo afecto no Gabinete de Gestão Ambiental.
Chivavisse Muchangage	Presidente do Conselho Municipal da Beira.
Dinis Lactone	Secretário do Bairro da Ponta- Gea.
Egídio Simango	Solteiro, residente no bairro de Macuti.
Fernando Chicumule	Casado, residente no bairro de Macuti.
Félix Macambi	Casado, residente no bairro da Ponta-Gea.
Gabriel de Oliveira	Empresário e Deputado da Assembleia Municipal da Beira pela bancada da oposição (Grupo de Reflexão e Mudança).
Helena Gaspar	Funcionária da Direcção Nacional do Desenvolvimento Autárquico, MAE.
Inácio Cardoso	Casado, residente do bairro da Ponta-Gea.
Jaime Neto	Residente no bairro da Ponta-Gea.
João Bata	Secretário do bairro de Macuti .
Joaquim Manuel Suspene	Residente no bairro de Macuti.
José Paulo Chambiço	Chefe do Gabinete de Protecção Costeira no MCB.
Lourenço Ferreira Bulha	Presidente da Assembleia Municipal da Beira e empresário.
Maurício Chirinda	Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental.
Maposse José	Residente no bairro da Ponta-Gea.
Miguel Paulo Nhone	Residente no bairro de Macuti.

Licenciatura em Administração Pública • Tema: **Participação dos Municípios na Gestão da Erosão Costeira** - O caso do M.C. Beira • Autor: Silvestre Sarifo NICANINGO • UFICS/UEM • Agosto de 2003

Paulo Lourenço	Vereador para a área do ambiente.
Luisa António Francisco	Residente no bairro de Macuti.
Sérgio Massassa Novais	Residente no bairro de Macuti.
Rogério Massequeça	Residente no bairro da Ponta-Gea.

INSTITUIÇÕES CONTACTADAS

Assembleia Municipal da Cidade da Beira

Associação Comercial da Beira

Conselho Municipal da Cidade da Beira

Direcção Provincial para a Coordenação da Acção ambiental - Beira

Direcção Nacional do Desenvolvimento Autárquico (Ministério da Administração Estatal- Maputo)

Empresa Predial- Beira

ANEXO 3:

EFEITOS DA EROSÃO COSTEIRA NO MCB

ANEXO 3: EFEITOS DA EROSÃO COSTEIRA



Figura 1: Aspecto parcial da Avenida 27 de Abril, agora bloqueada por causa dos efeitos da erosão costeira.



Figura 2: Grande Hotel, outrora um ponto de referência, mas agora votado ao abandono e com remotas possibilidades de se recuperar.

ANEXO 3: EFEITOS DA EROSÃO COSTEIRA



Figura 3: Um edifício residencial que ruiu por causa da fúria das águas, no bairro da Ponta-Gêa, Beira.



Figura 4: Escombros do restaurante "Veleiros", no bairro da Ponta Gêa, outrora um ponto de referência da cidade da Beira.

ANEXO 3: EFEITOS DA EROSÃO COSTEIRA



Figura 5: Escombros do restaurante Veleiros, vista posterior, Beira.

ANEXO 4:

MAPA DA CIDADE DA BEIRA

ANEXO 5:

Resultados da campanha de sensibilização e educação pública
levada a cabo pelo MCB

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA BEIRA

GABINETE DE PROTECÇÃO COSTEIRA

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA PARA A PROTECÇÃO COSTEIRA

LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS QUE AFECTAM A PROTECÇÃO COSTEIRA

Levantamento de problemas de erosão na zona costeira da cidade da Beira e formas de reduzi-las :

N.º	PRÁTICAS NOCIVAS	CONSEQUÊNCIAS	AGENTES ENVOLVIDOS	ÁREAS PROBLEMÁTICAS	COMPORTAMENTOS DESEJADOS	ACÇÕES A REALIZAR
1	Movimentos de viaturas nas dunas: carros 4x4 e motorizadas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição da camada vegetal que protege a duna ● Desconsolidação da duna ● Erosão pelo vento (transporte de areias pelo vento) ● Salinização das Zonas baixas do interior ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> · Banhistas · Turistas 	<ul style="list-style-type: none"> · Clube Náutico - Estoril · Biques 	<ul style="list-style-type: none"> > Não circulação de motorizadas e viaturas nas dunas entre o Grande Hotel e Estoril 	<ul style="list-style-type: none"> > Propor postura que penalize os infractores > Encontro de sensibilização e informação com Fiscalização e Polícia Camarária > Mensagens educativas através de teatro, rádio, cartaz e panfletos > Placas informativas > Pintura do mural
2	Estacionamento de viaturas nas dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição da camada vegetal que protege a duna ● Desconsolidação da duna (transporte de areias pelo vento) ● Salinização das Zonas baixas ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas (estradas, edifícios, casas...) 	<ul style="list-style-type: none"> · Banhistas · Turistas · Clientes dos quiosques situados nas praias 	<ul style="list-style-type: none"> · Náutico-Estoril · "E Porque Não?" · Fátima · Quiosque Estoril · Biques 	<ul style="list-style-type: none"> > Estacionar as viaturas em locais apropriados (por detrás das dunas ou na estrada) > Coordenação com proprietários dos quiosques para estabelecimento de zonas de parqueamento 	<ul style="list-style-type: none"> > Propor postura ao CMCB que penalize os infractores > Acções de sensibilização e informação com fiscalização e polícia > Mensagens educativas através de teatro, rádio, cartaz e panfleto > Placas informativas > Pintura do mural
3	Destruição das dunas na travessia para acesso às praias	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Salinização das Zonas baixas do interior ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas (estradas, edifícios, casas...) 	<ul style="list-style-type: none"> · Banhistas · Clientes dos quiosques situados nas praias 	<ul style="list-style-type: none"> · Praia Nova-Estoril 	<ul style="list-style-type: none"> > Uso das entradas de acesso às praias 	<ul style="list-style-type: none"> > Coordenação com o GGC para elaboração de um programa de abertura de entradas de acesso em toda a faixa costeira > Limitar ao mínimo as entradas de acesso à praia > Procurar parceiros para a recuperação da vegetação das dunas e vedação com plantas espinhosas nas áreas mais problemáticas > Mensagens educativas através de teatro, rádio, cartaz e panfletos > Placas informativas
4	Uso intensivo das dunas para	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege 	<ul style="list-style-type: none"> · Banhistas 	<ul style="list-style-type: none"> · Grande Hotel - P. da Independência. 	<ul style="list-style-type: none"> > Uso "cuidadoso" das dunas para o descanso e 	<ul style="list-style-type: none"> > Pintura do mural > Proibição do acesso dos quiosques ambulantes às dunas

	descanso e lazer	<ul style="list-style-type: none"> ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Salinização das Zonas baixas do interior ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> · Clientes dos quiosques situados nas praias 	<ul style="list-style-type: none"> · Náutico-Estóvil · "E Porquê Não?" · Fátimur · Quiosque Estóvil · Biques 	<ul style="list-style-type: none"> lazer > Evitar passar nas dunas > Evitar brincar nas dunas 	<ul style="list-style-type: none"> > Coordenação com os donos dos quiosques para proibição do uso das dunas pelos clientes (colocação de mesas nas dunas) > Placas informativas > Mensagens educativas através de teatro, rádio, cartaz e painfletos · Pintura do Murai
5	Circulação indiscriminada de pessoas nas dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> · Banhistas, · Transcuntes, Crianças que brincam nas dunas 	<ul style="list-style-type: none"> · Grande Hotel - Estóvil 	<ul style="list-style-type: none"> > Não circular nas dunas a não ser nos caminhos de acesso à praia > Usar apenas as entradas de acesso à praia > Evitar passar nas dunas > Evitar brincar nas dunas > Usar livre da zona banhada pelas águas para passear e brincar 	<ul style="list-style-type: none"> > Mensagens educativas através de rádio, teatro, painfletos e cartaz > Placas com Mensagens educativas e Proibitivas > Pintura do Murai
6	Campismo nas dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> · Clientes do Biques 	<ul style="list-style-type: none"> · Biques 	<ul style="list-style-type: none"> > Fazer campismo em locais apropriados (por detrás das dunas) 	<ul style="list-style-type: none"> > Consultar os Regulamentos existentes. > Propor postura ao CMCB que penalize os infractores > Placas proibitivas > Coordenação com proprietário para estabelecimento de zonas de campismo afastadas das dunas
7	Construção de acampamentos nas dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> · Pescadores 	<ul style="list-style-type: none"> · Acampamento do Estóvil 	<ul style="list-style-type: none"> > Construção de pilhinhas em locais apropriados distante das dunas > Condenação com proprietário dos acampamentos para estabelecimento de zonas de construção 	<ul style="list-style-type: none"> > Propor postura ao CMCB que penalize os infractores > Encontro de sensibilização e informação com fiscalização e polícia camarária para a retirada a curto prazo dos acampamentos por cima das dunas > Encontros de sensibilização e coordenação com Grupos de Pescadores > Encontrar parceiros que possam participar na deslocação dos pescadores para o interior > Placas com mensagens proibitivas

8	Uso das dunas para actividades de pesca	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	Pescadores	<p>Grande Hotel</p> <p>Praça da Independência</p> <p>Faínamar</p> <p>Entre ao hospital</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Realizar a pesca em lugares apropriados e definidos pelo CMCB que não prejudique as dunas ➢ Recomendar os comportamentos descritos na realização da actividade pesqueira sem prejuizo das dunas 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Consultar os Regulamentos existentes ➢ Propor postura que interdite a pesca na zona definida e penalize os infractores ➢ Encontro de sensibilização e informação com fiscalização e policia camarária sobre locais que não podem ser utilizados para pesca ➢ Encontros de sensibilização e coordenação com Grupos de Pescadores ➢ Placas com mensagens proibitivas ➢ Mensagens educativas através de teatro e rádio
9	Lançamento de lixo nas praias e nas dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da poluição das praias ● Redução da estética das praias ● Redução do valor turístico das praias 	Banhistas	<p>Grande Hotel-Estoril</p> <p>Perto dos quiosques</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ As pessoas não deixam lixo nas praias ➢ As pessoas recolhem o lixo depois dos piquies ➢ As pessoas não deixam lixo na praia ➢ As pessoas recolhem o lixo depois dos piquies ➢ As pessoas utilizam os depósitos de lixo nos locais onde existem 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Coordenação com Serviços Urbanos para detinição e preparação de locais para depósito do lixo ➢ Responsabilizar donos dos Quiosques pela feitura e controle de depósitos de lixo ➢ Mensagens educativas através da radio, teatro, panfleto e cartaz ➢ Placas com Mensagens Educativas e Proibitivas
10	Queimadas da vegetação das dunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição localizada da camada vegetal que protege as dunas ● Erosão localizada nas zonas onde se verificarem estes comportamentos ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	Varredores de lixo	<p>Grande Hotel, Balneários perto do Oceana, Praça da Indep</p> <p>Grande Hotel-Estoril</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Não queimar lixo nas dunas ➢ Definição de outros locais para depósito de lixo ➢ Avo acender fogueiras na duna ➢ Quando cozinha faz-lo com cuidado 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Encontro de sensibilização e informação com Serviços Urbanos ➢ Mensagens educativas através de radio, teatro, panfletos e cartaz ➢ Placas com Mensagens Educativas e Proibitivas
11	Roubo de areias nas praias	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição parcial ou total da duna ● Rápida destruição das infra-estruturas de defesa da praia ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	Moradores dos bairros vizinhos da praia	<p>Grande Hotel-Estoril</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Não retirar areias da praia 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Investigar se existe Postura e propor Postura do CMB que impeça roubo de areias ➢ Sensibilizar CMB e outras instituições para necessidade de solucionar problema da procura de areia pelos moradores dos bairros Perurbanos situados perto da praia ➢ Encontro de sensibilização e informação com fiscalização e policia camarária ➢ Placas com Mensagens Proibitivas

<p>12</p> <p>Roubo de arame dos gabões e de pedras na praia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Rápida destruição das infra-estruturas de defesa da praia ● Avanço do mar e destruição das infra-estruturas urbanas 	<p>Pessoas Desconhecidas</p>	<p>Grande Hotel</p>	<p>➤ Eliminação do roubo de arames dos gabões e de pedras</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Propor postura ao CMCB que penalize os infractores ➤ Incontro de sensibilização e informação com fiscalização e polícia camarária ➤ Placas Proibitivas ➤ Envolvimento e responsabilização dos moradores da Zona
---	--	------------------------------	---------------------	---	--

PROGRAMA CALENDÁRIO DOS TEMAS A SEREM DIVULGADOS PELA RÁDIO MOÇAMBIQUE

GABINETE DE PROTECÇÃO COSTEIRA,
 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA
 DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS A SEREM DIVULGADOS NA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO MOCAMBIQUE

1o Programa		2o Programa					
13-18.12.99	20-25.12.99	27-1.01.2000	3-01.01.2000	10-15.01.2000	17-22.01.2000	24-29.01.2000	31-5.02.2000
Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	Visão geral do problema. Análise da Campanha Perspectivas Conclusões
Defesas naturais/defesas const p/ Homem	(R)Erosão, dunas e consequências	(R)Erosão, dunas e consequências	Conceito de Erosão	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	
Conceito de Erosão	Movimento/ estacionam. de viaturas dunas	Acampamento de pesca nas dunas	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	Conceito de Erosão	Situação na Zona do Grande Hotel	Situação da zona do Desaguadouro ao Clube Náutico	
Conceito de Duna	Campismo, acampamentos/re sidências	Actividades de pesca nas dunas	Espórões, muros, muralhas e revestimentos	Conceito de Duna	Situação na zona do Oceana		
O que é uma duna	(R)Erosão, dunas e consequências	(R)Erosão, dunas e consequências	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	O que é uma duna	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	
Necessidade conservação das dunas	Destruição das dunas na travessia	Actividades turísticas na praia	Os gabões e sua função	Necessidade conservação das dunas	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	Defesas naturais/defesas const p/ Homem	
Consequências se não as protegermos	Uso das dunas para descanso e lazer	Quiosques fixos na praia	Locais onde foram construídos	Consequências se não as protegermos	Situação na zona do Miramar à P. da Independência	Situação da zona do Clube Náutico ao Biques	
	Circulação de pessoas nas dunas	Quiosques ambulantes na praia	Problemas de roubo dos gabões				

3o Programa										
Comportamentos inadequados para as dunas	(R)Erosão, dunas e consequências	(R)Erosão, dunas e consequências	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	Comportamentos inadequados para as dunas	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	(R)Importância de Protecção da Orla Marítima.	Visão geral do problema. Análise da Campanha de Informação. Perspectivas para o futuro. Conclusões			
	Recomendações do GPC para protecção das dunas	Destruição das dunas na travessia	(R)Destruição das dunas na travessia							
	Queimada da vegetação e Lixo nas Praias	(R)Uso das dunas para descanso e lazer	Suas Funções		Situação da zona dos Canhões ao Desaguadouro	Situação da zona do Biques ao Farol do Macúti				
	Fecalismo nas praias	(R)Circulação de pessoas nas dunas	Necessidade de manter as defesas	Recomendações do GPC para protecção das dunas						

LEVANTAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES DE
TEATRO NA PRAIA E NOS BAIRROS DA CIDADE

PROGRAMA DE "TEATRO DE RUA"-RÁDIO MOÇAMBIQUE

Grupos	Sábado (29-01-00)	Part. aprox.	Domingo (30-01-00)	Part. aprox.
Cisena	Miqueijo	380	Chipangara (ep 7 de abril)	280
Cindau	Matacuane (B. Bambú)	450	Miqueijo	400
Ndau	Chipangara (ep 7 de abril)	280	Macurungo	450
Cisena	Macurungo	400	Matacuane (B Bambú)	300
Total		1510		1430

Grupos	Sábado (05-02-00)	Part. aprox	Domingo (06-02-00)	Part. Aprox
Ndau	Charifo	200	Praia nova	340
Sena	Inhamudima	250	Charifo	380
Ndau	Bairro. de pescadores	350	Inhamudima	400
Sena	Praia nova	300	B. de pescadores	180
Total		1100		1300

Total geral: 5348 (Linguas Locais)

Programa de sessões teatrais -GRUPO TEATRO ARUÂNGUA

Dias	Locais	Horas	Partic. Aprox.
09-01-2000	Biques	15.00	190
	Veleiro	17.00	157
16-01-2000	Entre Biques e Náuticos	14.00	120
23-01-2000	Praça da Ind.	14.30	68
	Desaguadouro	16.00	94
30-01-2000	Entre Biques e Fatimar	14.00	117
TOTAL	Grande Hotel	16.00	55
			801

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS E AUTOCOLANTES

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS			
TIPO DE LOCAL	BAIRRO	NOME DO ESTABELECIMENTO	No. De Panfletos
CMB		Gab. do Presidente	20
		Presidente da Assembleia	2
		Direcções do CMB	10
		Serviços do CMB	3
		Secretaria	3
		Polícia Municipal	5
		Vereadores	8
		Bancadas	2
Sub-total			53
Direcções Prov.	Chaimite	Educação	3
	Chaimite	Agricultura	3
	Chaimite	Acção Social	3
	Chaimite	Com. e Turismo	3
	Chaimite	Acção Ambiental	3
Subtotal			15
Empresas com locais de recepção / Bibliotecas			
Subtotal			25
Instituições	Ponta Gea	UICN	2
	Chaimite	Duguid Ivo	1
	Macuti	Pipeline	5
Subtotal			8
Cafés e Restaur. Situados na orla marítima	Macuti	Quiosque Farol	1
	Macuti	Náuticos	1
	Macuti	Porquê Não	1
	Macuti	Fatimar	1
	Ponta Gea	Miramar	1
	Ponta Gea	Oceana	1
	Subtotal		
Distribuição Pública	Rotunda Macurungo		
	Hospital Central		
	Praça da Independência		50
Subtotal			250
Escolas EP2	Macuti	Escola Completa 12 de Outubro	34
	Macuti	EP2 Grau do Estoril	43
	Esturo	EP2 Sansão Mutemba	134
	Macurungo	Escola Comunitária do Macurungo	9
	Ponta Gea	EP2 da Catedral da Beira	13
	Ponta Gea	Escola dos Bons Sonhos	9
	??	Escola Comunitária Maria do Céu	0
	Chaimite	Escola Privada de Chaimite	22
	Chaimite	Escola Privada Afonso Dhlakama	9
		Escola Privada da SIS	0
		Escola Comunitária American Board	0
	Pioneiros	Escola Nossa Senhora de Fátima	13
	Pioneiros	Escola Completa dos Pioneiros	39
	Munhava	Escola Completa Amílcar Cabral	34
	Alto da Manga	Escola Secundária da Manga	121
	Nhaconjo	Escola Comunitária Nhaconjo	0
	Chingussura	Escola Primária João XXIII	22
	Manga Mascarenha	Escola Comunitária Manga Mascarenha	0
	Inhamizua	Escola Completa de Massange	0
	Inhamizua	EP2 25 de Setembro	0
Inhamizua	Escola Comunitária 20 de Agosto	0	
Subtotal			500
Escolas Secundárias e	Esturo	E.S. Samora M. Machel	50

Técnicas			
	Matacuane	E. Industrial e Comercial 25 de Junho	50
	Matacuane	Instituto Industrial e Comercial Beira	50
	Chaimite	Escola 1o de Maio- CFM Centro	50
	Chaimite	Escola Privada do Chaimite	30
		Escola de AMISCRU	0
		Escola Privada CAVIMA	0
	Pioneiros	Escola Secundária da ADESSO	30
	Manga	E. Secundária da Manga	50
	Chingussura	E. S. João XXIII	50
		Centro de Formação de Prof. Primários	30
	Nhaconjo	Instituto Nacional de Educação Adultos	20
	Inhamizua	IMAP	20
	Ponta Gea	Universidade Pedagógica	30
	Palmeiras	Universidade Católica	30
Subtotal			490
Total			1347

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE AUTOCOLANTES			
TIPO DE LOCAL	BAIRRO	NOME DO ESTABELECIMENTO	Nº de Autocolantes
CMB		Gab. do Presidente	20
		Presidente da Assembleia	10
		Direcções do CMB	10
		Serviços do CMB	10
		Secretaria	10
		Polícia Municipal	10
		Vereadores	16
		Bancadas	10
Subtotal			96
Instituições	Ponta Gea	UICN	2
	Chaimite	Duguid Ivo	2
	Macuti	Pipeline	20
Subtotal			24
Distribuição Pública nas Bombas de Gasolina			
Subtotal			400
Escolas EP2	Macuti	Escola Completa 12 de Outubro	20
	Macuti	EP2 Grau do Estoril	20
	Esturo	EP2 Sansão Mutemba	80
	Macurungo	Escola Comunitária do Macurungo	10
	Ponta Gea	EP2 da Catedral da Beira	10
	Ponta Gea	Escola dos Bons Sonhos	10
	??	Escola Comunitária Maria do Céu	0
	Chaimite	Escola Privada de Chaimite	10
	Chaimite	Escola Privada Afonso Dhlakama	10
		Escola Privada da SIS	0
		Escola Comunitária American Board	0
	Pioneiros	Escola Nossa Senhora de Fátima	10
	Pioneiros	Escola Completa dos Pioneiros	30
	Munhava	Escola Completa Amílcar Cabral	30
	Aito da Manga	Escola Secundária da Manga	80
	Nhaconjo	Escola Comunitária Nhaconjo	0
	Chingussura	Escola Primária João XXIII	20
	Manga Mascarenha	Escola Comunitária Manga Mascarenha	0
	Inhamizua	Escola Completa de Massange	0
	Inhamizua	EP2 25 de Setembro	0
Inhamizua	Escola Comunitária 20 de Agosto	0	
Subtotal			340
Escolas Secundárias e Técnicas	Esturo	E.S. Samora M. Machel	50
	Matacuane	E. Industrial e Comercial 25 de Junho	40
	Matacuane	Instituto Industrial e Comercial Beira	40
	Chaimite	Escola 1o de Maio- CFM Centro	30
	Chaimite	Escola Privada do Chaimite	30
		Escola de AMISCRU	0
		Escola Privada CAVIMA	0
	Pioneiros	Escola Secundária da ADESSO	30

	Manga	E. Secundária da Manga	50
	Chingussura	E. S. João XXIII	30
		Centro de Formação de Prof. Primários	30
	Nhaconjo	Instituto Nacional de Educação Adultos	30
	Inhamizua	IMAP	30
	Ponta Gea	Universidade Pedagógica	30
	Palmeiras	Universidade Católica	30
Subtotal			450
Total			1310